

Área da Segurança



ÍNDICE

ÍNDICE	163
PREFÁCIO	164
PRIMEIRA PARTE: BALANÇO DOS TRABALHOS EXECUTADOS EM 2103	166
1. Reforço da coordenação Policial	166
2. Arquitectura de um novo modelo de desalfandegamento aduaneiro com vista a favorecer o desenvolvimento das operações comerciais.....	167
3. Progressos que se registam na luta contra crime em geral e contra o crime de tráfico e consumo de estupefacientes	169
4. Reconhecimento público do policiamento comunitário.....	171
5. Facilitação dos procedimentos de trânsito de pessoas nos postos fronteiriços ..	172
6. Novo Campus Universitário em Hengqin e o planeamento do controlo de fronteiras e de prevenção e combate ao fogo.....	172
7. Fortalecimento da sensibilização da sociedade para o combate ao crime.....	173
8. O equilíbrio entre a gestão prisional e a sua função correcional e de reinserção	174
9. Protecção Civil, socorro, resgate e emergência	175
10. Fiscalização externa da Disciplina.....	176
SEGUNDA PARTE: LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA 2014	177
1. Melhor coordenação interdepartamental e optimização da gestão.....	179
2. Garantir uma cidade segura, dotada de uma boa ordem pública	182
3. Reforço dos meios forenses com vista ao combate ao crime	185
4. Combate ao contrabando e aos crimes contra a propriedade intelectual e facilitação do desembaraço aduaneiro.....	192
5. Optimização dos processos de investigação criminal	195
6. Educação, prevenção e fiscalização rodoviária.....	197
7. Modernização dos Procedimentos da Migração	199
8. Combate ao fogo e operações de resgate.....	200
9. Por uma gestão científica do Estabelecimento Prisional e uma boa política de Reinserção Social.....	206
10. Formação profissional e recrutamento de talentos	209
11. Policiamento comunitário e proximidade	212
CONCLUSÃO	218

PREFÁCIO

As forças e serviços de segurança cumpriram a missão que lhes foi cometida, executando os programas e planos prescritos nas Linhas de Acção Governativa para o ano de 2013, sendo de realçar o sentido do dever e a dedicação ao interesse público de todo o seu pessoal. O bem estar da população foi o objectivo político que nos norteou, cientes de que tal só poderá ser alcançado com a permanente prossecução dos valores fundamentais da sociedade para o que se exige uma prestação disciplinada e íntegra, solidária e coesa, voltada para a modernidade dos procedimentos.

Estabelecemos para o ano de 2013 o objectivo de uma melhoria transversal do desempenho global, visando, essencialmente a protecção da comunidade face ao crime, e uma melhor percepção das necessidades da população, tudo no sentido de lhe proporcionar uma melhor qualidade de vida.

Das prioridades estabelecidas destacavam-se: 1. o fortalecimento das acções de prevenção e de combate ao crime; 2. intensificação do policiamento comunitário e incremento da relação entre a população e as autoridades de segurança; 3. incremento do recurso aos meios tecnológicos nas acções de policiamento, mormente no que se refere à regulação do tráfego rodoviário; 4. optimização da automatização das operações de fronteira, passagem de pessoas e mercadorias; 5. garantia da segurança no novo *campus* universitário e lançamento das bases de gestão dos respectivos limites fronteiriços; 6. percepção e projecção dos impactos das novas políticas de habitação pública com vista a corresponder-lhe com o adequado dispositivo quer de segurança pública, quer de socorro e de emergência; 7. permanente incremento dos programas de reeducação e de reinserção social da população prisional.

No ano de 2014, vamos reforçar a capacidade de intervenção das forças, incrementando a eficácia de execução de lei, promovendo, em especial: o reforço do policiamento de proximidade ou comunitário, amenizando a relação com a população; o incremento das capacidades tecnológicas em todos os sectores onde for aplicável, com especial expressão no controlo e fiscalização do tráfego rodoviário; a optimização dos procedimentos de fronteira, tanto no que se refere ao trânsito de pessoas como ao trânsito de mercadorias; promoção do reforço do quadro de pessoal do Estabelecimento Prisional, sem negligenciar a qualidade, com vista a garantir a segurança e otimizar os planos de reinserção social dos reclusos; desenvolvimento dos planos de combate ao fogo e das operações de socorro e de emergência, em articulação com as entidades envolvidas nas políticas de habitação e de construção de novos empreendimentos imobiliários.

Apostaremos fortemente no envolvimento das polícias com a comunidade, desenvolvendo uma política de proximidade com a ajuda de todos os sectores de actividade, desde as instituições de educação aos mecanismos de publicidade, que potencie uma efectiva interacção na tarefa de preservação da boa ordem pública.

Como exemplo, e porque se assume como preocupação prioritária, fazemos aqui referência à implementação de sistemas de detecção de estacionamento ilegal, cujo incremento decuplicou. O Corpo de Polícia de Segurança Pública, aplicar-se-á, em cooperação sistemática com os departamentos afins, no estudo das necessidades de novos dispositivos com tal finalidade a fim de dissuadir o estacionamento ilegal. Igualmente será dada muita atenção à condução sob o efeito de álcool ou outras substâncias psicotrópicas, entrando em funcionamento dois modernos equipamentos de teste.

A facilitação e agilização do trânsito fronteiriço de pessoas é também um factor de preocupação. Para o efeito os serviços competentes estão a criar uma base electrónica de impressões digitais, cuja consulta rápida pode facultar mais eficazmente a confirmação da identidade e respectiva autenticação.

A melhoria das condições do Estabelecimento Prisional constitui também uma prioridade, para o que concorreremos com a revisão dos respectivos regulamentos e orgânica interna, incrementando os serviços de apoio, designadamente integrando pessoal médico no quadro.

Por fim, o novo *Campus* universitário, situado em Hengqin, reclama um cuidado planeamento dos procedimentos de segurança, garantindo assim a protecção das pessoas e dos equipamentos, móveis e imóveis.

PRIMEIRA PARTE

BALANÇO DOS TRABALHOS EXECUTADOS EM 2103

Em 2013 propusemo-nos acompanhar atentamente e de perto os desafios que o rápido desenvolvimento socioeconómico nos vinha colocando, percebendo a respectiva complexidade e procurando corresponder, sempre, às necessidades reais das pessoas, através do combate a todos os factores desviantes que pudessem afectar a vida dos cidadãos, constituindo-nos como guardiões da paz social em Macau, por forma a que o pretendido desenvolvimento sustentável, em que deve assentar o nosso futuro pudesse prosseguir em ambiente de segurança e de estabilidade.

Nesse sentido tomámos por guião as Linhas de Acção Governativa, prestámos atenção à melhoria do policiamento comunitário, à construção de uma relação mais harmoniosa com a população, tudo no sentido de incrementar o sentimento de segurança nas pessoas.

Assim, durante o ano que ora termina, protagonizamos aos seguintes trabalhos e medidas:

1. Reforço da coordenação Policial

No que diz respeito à actividade Policial, os Serviços de Polícia Unitários (SPU) e respectivos organismos subordinados, Polícia Judiciária e Corpo de Polícia de Segurança Pública, envidaram todos os seus esforços para cumprir a missão que lhes está determinada, prosseguindo o esforço de optimização dos serviços prestados e a simplificação dos procedimentos, tendo sempre por objectivo a proximidade com a população e a atenção sistemática às suas queixas e às suas sugestões.

No quadro da actuação policial foram desenvolvidas 4 (quatro) ideias estratégicas fundamentais:

Reforço da coordenação policial, promovendo a optimização do serviço prestado, mormente no que diz respeito à prevenção e à luta contra o crime bem como, em geral, à protecção das pessoas e da propriedade; optimização das normas internas e orgânicas por forma a melhor gerir os recursos disponíveis, quer os humanos, quer os materiais e os financeiros; permanente actualização dos métodos de gestão, através de formação em exercício, em Macau e no estrangeiro, bem como da recepção dos mais modernos conceitos, processos e equipamentos, por forma a que a execução orçamental resulte rigorosa, racional e com retorno positivo; promoveu-se, ainda, uma constante actualização dos equipamentos

operacionais, com vista a um moderno apetrechamento, sob o ponto de vista científico e tecnológico.

Os SPU coordenaram a instalação de sistemas de videovigilância em espaços públicos, aplicando e desenvolvendo um código de boas práticas, em coordenação com os órgãos subordinados, bem como com outros departamentos envolvidos nos trabalhos de instalação. De acordo com as concretas circunstâncias e depois de definidos os pontos mais vulneráveis e carecidos de câmaras foi decidida a instalação, numa primeira fase, de 219 unidades. Após estabelecida a arquitectura do Centro de Controlo provisório e, bem assim, do Centro de Dados, foi lançado o concurso para a execução da primeira fase.

Entre 29 e 31 de Maio deste ano teve lugar em Meizhou, na província de Guangdong, a XIX reunião de trabalho dos Chefes de Investigação das três Regiões (Guangdong, Hong Kong e Macau), do que resultou um claro empenhamento no reforço da cooperação bilateral e multilateral, estabelecendo-se três acções conjuntas de luta contra o crime, consideradas essenciais ao objectivo comum da promoção da segurança das populações.

As polícias das três regiões desenvolveram entre 10 de Agosto de 9 de Setembro, a operação policial denominada pelo código Trovão 13, visando o combate ao crime organizado, ao tráfico de drogas e outros tráficos ilícitos, como sejam os tráfico de seres humanos, lenocínio, lavagem de dinheiro, etc. Em Macau, sob a coordenação dos SPU, os seus organismos subordinados protagonizaram 310 acções de fiscalização, sendo que delas resultou a apresentação ao Ministério Público de 303 indivíduos. Destas acções há a destacar a detenção de infractores em fuga, o que ilustra bem o sucesso e a eficácia do combate que se vem encetando às actividades criminosas.

2. Arquitectura de um novo modelo de desalfandegamento aduaneiro com vista a favorecer o desenvolvimento das operações comerciais

A implementação das várias propostas contidas no Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau”, as consultas e estudo mútuo, tem permitido uma melhor cooperação do que resulta uma aproximação entre ambas as jurisdições. No âmbito da planificação da entrega da Universidade de Macau construída no *Campus* de Hengqine da implementação do novo canal de comunicação entre Guangdong e Macau, os Serviços de Alfândega (SA) participaram na discussão de vários temas, contribuindo de forma significativa para a definição e conclusão dos seguintes programas de natureza operativa :

2.1. Facilitação do desalfandegamento

Promoveu-se o bom relacionamento com as autoridades alfandegárias de Hong Kong em matéria de facilitação do desalfandegamento, implementando medidas de facilitação e

conveniência para o trânsito de mercadorias entre ambas as regiões. Consensualizou-se a abolição do certificado de descarga, vigente nos SA de Macau, para o tabaco e bebidas alcoólicas importadas. Durante a execução de tais medidas ambas as partes mantiveram estreita comunicação, para suprir eventuais lapsos originados pela abolição do sistema de controlo anterior.

Foi alargado o âmbito de desmaterialização, com preterição do papel, em vários domínios da actividade aduaneira, em favor dos novos métodos de *e-commerce* assim se otimizando o fluxo aduaneiro e a remoção das cargas. Aguarda-se que, em breve, se concluam os trabalhos que se vêm desenvolvendo com os Serviços de Economia e com os Serviços dos Assuntos de Tráfego, no sentido da extensão das medidas de desmaterialização dos procedimentos aduaneiros relativamente à importação de veículos.

Com a implementação da *declaração única* melhorou-se a eficiência do tratamento da carga, bastando que os transportadores preencham os documentos aduaneiros para efectivo cumprimento dos procedimentos legais de desalfandegamento. O desenvolvimento da *declaração única* com os Serviços Alfandegários do Interior da China, mantém-se em curso, encontrando-se prestes a ser aprovado, prevendo-se que este novo projecto entre em fase experimental na Zona Industrial Transfronteiriça de Zhuhai-Macau.

2.2. Combate ao contrabando

A compra de equipamentos de Raio X móveis de grande dimensão para inspecção de veículos, de equipamentos dedicados à detecção de drogas e explosivos, bem como de outros equipamentos sofisticados, visa a melhoria das capacidades electrónicas dos SA tornando mais sensível a sua avaliação do risco, sendo que a capacitação resultante vai dotar o agente alfandegário de meios mais fiáveis e eficazes face a diferentes tipos de contrabando.

Com o aumento do trânsito pelas fronteiras de Macau de veículos de transporte longos, dotados de dois atrelados, registou-se um aumento do risco de contrabando. Está em estudo a alteração do sistema de controlo automático destes veículos, vindo a experimentar-se, desde Fevereiro último, um novo modelo com cuja implementação visamos reduzir os riscos de forma eficiente.

Incrementou-se a cooperação com as autoridades de GongBei, tendo sido criada uma equipa conjunta, vocacionada para a troca de informações entre ambas as jurisdições e para a implementação de planos operacionais que visem a detecção de situações de fuga às regras aduaneiras, particularmente protagonizada com recurso a veículos de passageiros.

2.3. Protecção da Propriedade Intelectual

Depois do *handover*, Macau tem vindo a afirmar-se como uma cidade caracterizada pelo cosmopolitismo que lhe conferem turismo em geral e o jogo em particular, sendo que

o governo da RAEM se tem empenhado em desenvolver essas suas principais vertentes da economia, o que promove o florescimento das compras e de outras actividades de lazer. O consumo vem aumentando significativamente. Esta realidade induz a necessidade de melhor proteger a propriedade intelectual, porquanto a autenticidade contribui para a melhoria da imagem do turismo e da segurança comercial de quem nos visita.

Em articulação com o Conselho de Consumidores os SA organizaram uma palestra sobre a protecção dos direitos de propriedade intelectual para empresas de diferentes sectores de actividade, no sentido de promover a divulgação da respectiva legislação e sensibilizar os seus responsáveis para a prevenção dessa irregularidade, bem como o próprio consumidor.

Neste âmbito, os SA em articulação com os detentores da *marca* procederam a várias acções de fiscalização sendo que, de Janeiro a Maio, se detectaram 18 casos de violação dos direitos de propriedade intelectual, tendo sido apreendidas roupas, relógios, telefones móveis e seus acessórios, óculos, artigos em ouro, software e jogos electrónicos, no valor de duas centenas de milhar de patacas, sendo que um total de 35 pessoas foram conduzidas ao Ministério Público.

As autoridades alfandegárias de Macau e de Hong Kong uniram-se para uma operação conjunta para a detecção de sites malévolos, pela primeira vez desmantelou os casos de violação do direito de propriedade e de lavagem de dinheiro, assim se neutralizando um gangue vocacionado para a criminalidade informática altamente sofisticada.

2.4. Policiamento Marítimo

Os vários projectos de construção nas orlas costeiras estão em fase de conclusão, o que obrigam a um incremento dos trabalhos de policiamento nessas novas zonas, nele estando empenhados os barco-patrolha, a fim de manter a ordem marítima e assegurar a legislação aduaneira, tarefa para a qual é muito importante a implementação de acções conjuntas com as autoridades de segurança pública de Zhuhai.

No final de Abril, e ainda no âmbito desta mesma matéria, as autoridades de segurança pública de Guangdong acordaram com os SA num mecanismo de notificação rápida de incidentes de imigração ilegal, isto porque apenas entre Janeiro e Maio operou-se a intercepção de 498 clandestinos, o que significa um aumento de 3% relativamente ao ano transacto.

3. Progressos que se registam na luta contra crime em geral e contra o crime de tráfico e consumo de estupefacientes

Ao longo do ano, temos vindo a analisar uma série de factos criminosos que induzem uma avaliação com vista a quantificar a sua relevância, mormente pela evidência de meios

sofisticados de que se prevalecem. Pretendemos com esta análise caracterizada pela aplicação de métodos modernos *deintelligence* aplicada à investigação criminal, encontrar mecanismos de resposta, não só no âmbito do combate ao crime como no da sua prevenção.

Reforçamos a vigilância anti-crime em unidades residenciais e de entretenimento, especialmente nos períodos de férias e no Ano Novo Lunar, reforçamos o combate à prostituição e procedemos ao patrulhamento sistemático dos pontos críticos, mais propensos, pelas suas características.

De Janeiro a Maio do corrente ano registamos 8 casos de fogo-posto dos quais relevam os ocorridos em 3 dias consecutivos, entre 13 e 16 de Janeiro, todos no período da manhã, do que resultou a destruição de automóveis e motociclos, e que causaram o pânico nos moradores vizinhos. A Polícia Judiciária logrou identificar, na tarde de 16 de Janeiro, o suspeito, apresentando-o às autoridades judiciais.

As autoridades policiais estão preocupadas com as novas tendências dos crimes relacionados com estupefacientes, focando-se muito especialmente naquilo que poderá vir a suceder com os jovens no novo *campus* universitário quanto ao consumo de estupefacientes, razão porque estudam a aplicação de medidas preventivas específicas. Esforçamo-nos por promover organização interna adequada estabelecendo uma boa divisão dos trabalhos e equipando-nos com os melhores métodos científicos anti-narcóticos. Associamos a esta luta a cooperação com os cidadãos e bem assim a cooperação internacional e inter-regional, procurando acompanhar as últimas tendências dos criminosos. Com este esforço visamos manter a estabilidade social de Macau e da sua comunidade residente, bem como prover a uma boa saúde pública.

Conjuntamente com as autoridades do interior da China de Hong Kong e dos países vizinhos, procedemos à troca de informações que facilitaram a acção dos investigadores, na sua acção de detecção de drogas, bem como de demais actividades criminosas. Esta cooperação com autoridades policiais de outras origens e a intensificação das acções de fiscalização, permitiu a detenção entre 2010 a 2012, respectivamente, de 16, 14 e 3 pessoas, que transportavam droga oculta no seu corpo. Todavia, constata-se que os números de crimes detectados no Aeroporto Internacional, decresceu nos últimos três anos e meio.

Este ano, no dia 4 de Maio, e após um longo período de investigação e análise de informações, foi possível efectuar a maior detenção de sempre de cocaína no Aeroporto Internacional de Macau, no volume de cerca de 50 Kgs, com o valor de mercado de 200 milhões de patacas, realçando-se o seu elevado grau de pureza. Com esta acção foi identificado e neutralizado com sucesso um grupo que se dedicava ao tráfico internacional de drogas em Macau. Este êxito da investigação é ilustrativo das capacidades que as autoridades policiais, em particular a Polícia Judiciária, tem para o combate ao tráfico de estupefacientes.

4. Reconhecimento público do policiamento comunitário

Durante o ano que ora finda, foi incrementada pela polícia uma plataforma de comunicação e aproximação à população, no que se traduz, aliás, o *policiamento comunitário*.

Foram assim desenvolvidas iniciativas de contacto com as escolas, associações de todo o tipo e demais organizações, com vista a transmitir-lhes mensagem de prevenção de condutas criminosas, promovendo-se a construção de uma rede solidária em volta destas preocupações, especialmente vocacionada para os residentes permanentes de Macau.

O policiamento comunitário tem a sua génese exactamente nesta plataforma ideal de comunicação entre autoridades policiais e população residente, envolvendo-a na reflexão sobre a segurança que queremos para a nossa comunidade e convencendo-a de que sem a sua prestimosa colaboração esse desiderato não será atingido. A ajuda da comunidade é imprescindível para se construir uma sociedade organizada onde impere a ordem pública como garantido exercício da liberdade e de cidadania. Para se alcançar tal objectivo há que recorrer necessariamente às redes de interacção já existentes, estabelecendo com elas mecanismos de cooperação regular.

O CPSP vem tendo, por natureza das suas específicas atribuições de garante da ordem pública e de prevenção criminal, um papel especial nesta matéria, para tanto identificando os “alvos” das suas iniciativas e constituindo grupos dedicados, com formação especializada para actuar junto da comunidade, promovendo a propaganda anti-crime e deixando mensagens de prevenção de segurança, com isto pretendendo cativar a vontade das pessoas em colaborar na promoção da sua própria segurança.

Para o efeito, o Departamento Policial de Macau, bem como o Departamento Policial das Ilhas, designam um oficial de ligação. Por sua vez promove-se que a sociedade civil proceda de igual forma, constituindo os seus grupos de representantes e assim assegurando o back-up de informação recolhida, sendo esta a espinha dorsal do mecanismo de interligação entre a comunidade e as autoridades policiais. No segundo semestre de 2013, foram levados à mesa de trabalho os resultados atingidos e definidas as estratégias futuras, com base nas preocupações ouvidas, sendo dada particular atenção às questões relacionadas com os eventos especiais que regularmente têm lugar em Macau. Estas medidas vêm sendo publicitadas por forma a cada vez mais agregar aquele que é o “pulsar” dos cidadãos relativamente às questões de segurança. Esperamos da parte dos representantes da comunidade que eles espalhem esta mensagem de abertura da polícia à sociedade civil, fazendo-a sentir que o seu envolvimento é considerado no planeamento de todas as acções operacionais de prevenção e de combate ao crime. No futuro, pensamos em um evento anual de grande dimensão que sinalize estas iniciativas, reflecta e divulgue melhor esta iniciativa de cooperação bilateral entre polícia e comunidade, em benefício da melhor política de segurança.

5. Facilitação dos procedimentos de trânsito de pessoas nos postos fronteiriços

A simplificação dos procedimentos e de todas as operações relacionadas com o controlo dos fluxos migratórios, passa fundamentalmente pela automatização da verificação dos documentos de viagem ou identificação.

A partir de Abril de 2013 foram implementadas medidas significativas de facilitação, acordadas entre os Serviços de Migração e as autoridades da China interior que permitiram reduzir o tempo de passagem de cada pessoa em cerca de 3 segundos, o que representa um enorme ganho relativo.

Por ocasião dos feriados de Chin Meng (Dia de Finados), foi implementado um alargamento do horário de funcionamento do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco, organizando-se turnos que permitiram um ganho de duas horas diárias, isto é das 06H00 da manhã até as 01h00 do dia seguinte, esforço este que facilitou a visita aos antepassados dos residentes e, bem assim, das pessoas do Continente. O CPSP, estuda a possibilidade do alargamento do período de funcionamento, por forma a facilitar o trânsito da mão-de-obra. Todavia, essas medidas têm que ser tomadas de forma gradual, para melhor avaliação dos impactos.

Desenvolvemos e está implementada desde Março do corrente ano, uma plataforma digital que permite aos cidadãos terem acesso a informação em tempo real do grau de congestionamento dos postos fronteiriços, o que lhe é acessível a partir de qualquer terminal informático, seja ele um computador ou um smartphone, bastando para tanto aceder ao website www.fsm.gov.mo/m/ ou www.fsm.gov.mo/psp.

Com as diligências que vêm sendo encetadas pelos Serviços de identificação tendo em vista modernização do documento de identificação, vai ser possível incrementar as virtualidades da verificação da informação armazenada e o respectivo cruzamento, facilitando a autenticação. Este avanço, que implicará actualização do software, vai melhorar a passagem automática. Em 2013 foram instalados 55 pórticos de passagem automática do Terminal de Ferry da Taipa.

6. Novo Campus Universitário em Hengqin e o planeamento do controlo de fronteiras e de prevenção e combate ao fogo

A próxima entrada em funcionamento do novo *campus* universitário em Hengqin tem constituído preocupação fundamental das autoridades no que diz respeito a todas as vertentes da segurança dos cidadãos, com particular destaque para as acções de prevenção e combate a incêndio, socorro, resgate e emergência. Para tal efeito, o Gabinete Coordenador de Segurança (GCSeg) preparou um Plano de Contingência, com base no qual foi assinado em 14 de Junho com as Autoridades Protecção Civil de Guangdong um **Acordo de**

cooperação para situações de emergência no Campus, o que constitui uma garantia para todos os cidadãos que o frequentarem.

Nesse sentido, e para garantir eficiência em quaisquer necessidades de socorro e emergência junto da população estudantil, docente e de mais pessoal de apoio que faça a sua vida no *Campus* Universitário de Hengqin, o Corpo de Bombeiros vai ali instalar um Posto Operacional. Nessa altura serão testados os planos, especialmente nos túneis de acesso, nos armazéns de matérias perigosas e em outros pontos sensíveis, mais vulneráveis a incêndios, por forma a garantir a melhor eficiência em caso de algum incidente que reclame socorro ou resgate, assim reduzindo o risco de ocorrência de danos. O pessoal vem promovendo um sistemático estudo de toda a zona por forma a identificar exaustivamente todas as vulnerabilidades. A par disto será desenvolvida uma acção de interacção com a comunidade universitária, a fim de sensibilizar e educar para a localização e utilização das bocas de incêndio, dos caminhos de evacuação e, em geral, para a promoção de procedimentos de segurança, com vista a, por um lado, melhorar a prevenção e, por outro, preparar alunos, professores e demais pessoal de apoio, para a eventualidade de terem que reagir a acidentes.

7. Fortalecimento da sensibilização da sociedade para o combate ao crime

A assunção da ideia de que “aos recursos limitados da polícia se contrapõem os recursos inesgotáveis da população” mostra-se de extrema importância no contexto do combate ao crime e do envolvimento da comunidade nessa tarefa. Na verdade, o inesgotável campo de colheita de informações que a população constitui e a sua capacidade para veicular a propagação de mensagens anti-crime, caracterizam uma filosofia de policiamento assente na auto-vigilância, fundamental à segurança das pessoas.

No início do ano, a Polícia Judiciária encetou uma campanha de prevenção de crimes de furto, roubo e fraude tendo para o efeito visitado 390 unidades residenciais, tomando contacto com os administradores, empresas de gestão de condomínios e moradores, explicando a sua missão e aconselhando medidas preventivas no sentido de uma melhor salvaguarda da segurança pública. Houve reuniões com as associações empresariais ligadas ao sector da propriedade imobiliária, da gestão e da construção, que envolveu empresas, a quem foram dadas medidas a ter em conta em cada um dos seus ramos de actividade, para melhorar a segurança dos cidadãos.

A Polícia Judiciária tem agora um grupo especializado que já envolve 18 funcionários, divididas por quatro núcleos, as quais fazem um trabalho sistemático junto dos edifícios residenciais, passando a mensagem das vantagens da interactividade deste tipo de policiamento.

Desde Maio que a Polícia Judiciária vem lançando uma campanha escolar dedicada à prevenção do consumo de drogas e de outras adições, no âmbito da qual desenvolve

palestras e outras actividades para que o seu público alvo compreenda os malefícios do consumo destas substâncias proibidas e o seu reflexo na saúde do consumidor e na saúde pública. Os alunos são elucidados sobre como descodificar comportamentos ou atitudes que encubram aliciamento, bem como a identificar as substâncias e o seu consumo, esforço pedagógico que é estendido também aos professores e outro pessoal de apoio. Tudo isto por que se pretende que as escolas e o novo *campus*, se afirmem como territórios livres de drogas. Até a meado de Julho, foram realizadas 15 sessões de esclarecimento, nas quais participaram 14 escolas com 1,300 pessoas de professores e trabalhadores.

Com vista a promover a prevenção da delinquência juvenil e fortalecer a interacção com a comunidade escolar, foi lançado o "*projecto pioneiro anti-crime*", o qual foi desenvolvendo competências e firmando conhecimentos, para o que se prevaleceu de visitas a escolas e da organização de *workshops* sobre o tema, procurando incutir na população escolar um conjunto de valores fundamentais à vida em sociedade, no que se inclui o repúdio dos comportamentos desviantes em geral e os criminosos em particular. Identificamos os líderes estudantis e procuramos fazer deles veículos de transmissão destes valores, pedindo-lhes que fossem arautos destas mensagens junto dos seus colegas de academia, por for a que juntos, academia e polícia, possamos construir um futuro melhor, em que a criminalidade não tenha lugar de destaque.

Igualmente, o CPSP, desenvolveu um importante papel no âmbito da prevenção da delinquência juvenil, intensificando as suas acções junto dos cafés, e dos locais de entretenimento, como os Karaoques, e salas de jogos, locais mais vulneráveis à criminalidade juvenil, designadamente o consumo de drogas. Esta corporação também não esqueceu as escolas, e aqui desenvolveu, também, o seu papel de sensibilização para o afastamento das condutas criminosas. Para o efeito desenvolveu técnicas de comunicação e aproveitou a disponibilidade de alguns dos seus oficiais e demais pessoal da carreira policial para, mesmo fora das horas de serviço, se aproximarem das escolas e procederem a auscultações importantes para a sinalização da permeabilidade destas à presença de gente com propósito de aliciamento para as actividades criminosas. O CPSP, prosseguiu e prosseguirá uma campanha de sensibilização junto de vários sectores da sociedade, designadamente junto de associações cívicas, mantendo encontros regulares e palestras especialmente voltadas para a luta contra o consumo de drogas, cuja ameaça impende, em permanência, sobre a população e pode constituir, a todo o tempo, um verdadeiro flagelo social. Esta campanha é acompanhada de perto pela Polícia Judiciária a quem cabe o papel de estudo e investigação do fenómeno junto dos jovens.

8. O equilíbrio entre a gestão prisional e a sua função correcional e de reinserção

A gestão do Estabelecimento Prisional de Macau (EPM) tem vindo a evoluir significativamente, o que muito se acentuou em 2013. Sinalizam-se alterações aos seus

regulamentos, pretendendo-se uma maior racionalidade e rendimento dos seus recursos humanos e materiais, bem como a respectiva supervisão e auditoria, evidenciando-se os esforços em curso para dotar os seus quadros de pessoal médico que possa dar resposta às necessidades e cuidados primários de saúde da população prisional.

Destacamos a atenção que foi prestada em ambas as alas, feminina e masculina, às acessibilidades para portadores de deficiência física ou pessoas menos capacitadas, dotando as respectivas instalações de acessos e corrimões adaptados, de casas de banho com dispositivos especiais que facilitam o seu uso e, ainda, criando condições de assistência médica dedicada.

O EPM prosseguiu a sua política de desenvolvimento de acções de reinserção social, ajudando a que o recluso possa programar um plano de vida, uma vez restituído à liberdade. Em Maio de 2013, realizou a iniciativa “*um sorriso, um sinal de coragem*”, traduzido num concurso de fotografia destinada a procurar no sorriso das pessoas um estímulo encorajador para aqueles que têm uma passagem pela prisão, iniciativa que, estamos em crer, constitui um momento positivo e de esperança quanto a uma melhor reinserção na sociedade.

Vem sendo implementado um sistema de gestão interna de distribuição dos reclusos e, bem assim dos acesso e circulação de pessoas, no interior das instalações do EPM, que permite a monitorização em permanência de todas as movimentações internas, incluindo dos visitantes. Este sistema baseado em radiofrequência, aumenta os níveis de segurança e de identificação de anomalias, permitindo a reacção rápida a qualquer incidente e uma sistemática monitorização, fundamental num quadro de sobrelotação, como aquele que se vive. O departamento de segurança tem, assim, ao seu dispor, dados actualizados que lhe permitem uma melhor gestão interna dos seus recursos humanos, nomeadamente da racionalização do empenhamento dos guardas prisionais.

A construção da nova prisão está prestes a entrar na sua segunda fase e, em breve poderemos lançar-nos na projecção da terceira fase, que tem a ver com os edifícios de apoio administrativo e de formação de pessoal. O EPM não descarta a supervisão e acompanhamento da obra, atentas as suas especiais especificidades.

9. Protecção Civil, socorro, resgate e emergência

O Gabinete Coordenador de Segurança realizou um *exercício de sala*, simulando um ciclone tropical, que visa testar a arquitectura do Centro de Comando Operacional e testar os demais mecanismos de protecção civil, bem como a resposta dos dispositivos localizados em Macau e nas Ilhas. Foram estudados os dados daí resultantes, os quais são de suma importância para avaliação dos recursos disponíveis e respectivo empenhamento específico em função da sua vocação e atribuições, sua distribuição, modelos de comunicação e processamento de dados.

Foi elaborado um "*Plano de Contingência relativo à segurança do abastecimento de Água a Macau*", cujas directrizes se incluem no Plano Geral de Protecção Civil, e vida providenciar a medidas preventivas e reactivas a quaisquer incidentes relacionados com o abastecimento de água.

Serão reescritos e divulgados novos panfletos de protecção anti-tufão e organizadas novas campanhas dedicadas à protecção civil para Rádio e Televisão.

Desenvolveu-se um Plano de Contingência para o novo *campus* universitário de Hengqin, com um capítulo especial dedicado ao Túnel, desenhando um conjunto de regras operativas cujo cumprimento permite a intervenção rápida em caso de ocorrência de qualquer incidente. Visa-se a segurança de todos os alunos e demais pessoal utente daquela nova área escolar, bem como a protecção patrimonial, e assegura-se canais alternativos de emergência para prover a quaisquer necessidades de evacuação, bem como, internamente, ao trânsito de pessoas e de viaturas.

Até ao momento, vem-se verificando que a actuação conjunta de todos os organismos envolvidos na protecção civil, independentemente da tutela a que pertencem, se tem realizado em bom plano, tendo permitido sem incidentes de coordenação e com eficácia, o alerta, o salvamento, o resgate e, em geral, a ordem pública, do que destaque o ordenamento do tráfego rodoviário, para bem da tranquilidade e paz social.

10. Fiscalização externa da disciplina

Prestámos muita atenção às sugestões que nos foram formuladas pela Comissão de Fiscalização da Disciplina das Forças e Serviços de Segurança de Macau (CFD), veiculando-as para as entidades visadas, numa atitude de compreensão da representatividade deste órgão de controlo externo.

SEGUNDA PARTE

LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA 2014

Em 2014 cumprir-se-á o 15.º Aniversário da Região Administrativa Especial de Macau e constituirá ponto de honra de todos os departamentos sob tutela da área de governação da Segurança Pública Interna prosseguir a sua política de contribuição para um bom ambiente de segurança, do qual resulte para residentes e visitantes um espaço onde se cumpram todas as virtualidades do pleno exercício de cidadania.

Nos dias de hoje o estado e os níveis de segurança não são determinados apenas por factores de natureza interna, outrossim, são intensamente permeáveis a factores de natureza externa, onde pontificam como principais actores, a globalização da economia e o desenvolvimento das tecnologias de informação. Se é verdade que o aumento do número de visitantes, a conseqüente pressão demográfica e o congestionamento das redes viárias, a ocorrência mais frequente de casos de pequena criminalidade e emergência de novas questões sociais, determinam uma melhor gestão dos recursos disponíveis, designadamente, os recursos humanos, também não podemos ignorar que a conjugação destes factores com os de natureza externa, obrigam a um olhar mais amplo sobre as questões desta área de governação e demandam um apelo a uma gestão mais científica, destinada a fortalecer e conceder mais eficácia aos trabalhos das forças e serviços de segurança.

Prosseguiremos no próximo ano uma política orientada para o serviço e interesse público, caracterizada por transparência, eficiência e integridade e caracterizada pela projecção no longo prazo, paratanto adoptando e desenvolvendo conceitos de proximidade, designadamente de policiamento comunitário, de formação contínua e de boa gestão que assegurem internamente um forte sentimento de autoestima e externamente uma trabalho eficiente e respeitado pelos cidadãos. O Secretário para a Segurança é o responsável pelo estudo, análise e planeamento conjunto das linhas de acção para sua área de governação em articulação com os serviços e corporações sob sua tutela e superintendência, tarefa em que são consideradas as responsabilidades e competências sectoriais, tendo sempre por pano de fundo as política públicas do Governo da RAEM, no seu todo. Os onze subcapítulos em que estruturamos e projectamos os trabalhos do próximo ano, recaem e respondem àquela que é a substância das nossas atribuições sectoriais e inserem-se no objectivo geral de promoção do desenvolvimento sustentável em ambiente de insegurança, pelos quais se orientam as políticas públicas do Governo:

Em primeiro lugar, promoveremos a construção de uma sociedade harmoniosa por via do incremento da interacção com a população, no que se densifica o policiamento comunitário, procurando tirar o máximo partido da aproximação à comunidade, lançando mão dos recursos que lhe estão disponíveis, como sejam a disponibilidade do sector da

educação e a aposta na publicidade, cientes de que desta interacção resultará uma melhor e mais proveitosa actividade Policial. O policiamento comunitário operacionaliza-se pela ligação sistemática à comunidade escolar e aos jovens, no que incluímos o programa do “*pioneiros anti-crime*”, pela ligação igualmente sistemática às unidades residenciais, densificando-se, ainda, pelo estabelecimento de uma boa rede de contactos pessoais e via *web* e, ainda, pela organização de campanhas de sensibilização, colóquios, palestras, entre outras iniciativas públicas.

Em segundo lugar, recorreremos às tecnologias ao serviço da fluidez do tráfego rodoviário, combatendo a condução sob o efeito do álcool, tendo providenciado a dotação de mais dois equipamentos de rastreio. Temos vindo a monitorizar em *real time* as condições de fluidez do tráfego rodoviário na Península e nas Ilhas, o que vem sendo conjugado com o controlo de velocidade. Tem-se incrementado a fiscalização do estacionamento ilegal, particularmente aquele que constitui impedimento à fluidez do trânsito. Igualmente temos incrementado a fiscalização do transporte ilegal de passageiros, bem como a recusa ilegítima de transporte de pessoas em táxis, facto que constitui um impacto negativo para a imagem da cidade. Perante a pressão do sistema viário daquela zona. Em esforço acrescido, o CPSP prosseguirá a coordenação com os demais departamentos competentes no planeamento dos traçados, a fim de, contando com estes condicionalismos, garantir uma gestão eficaz do fluxo de veículos motorizados.

Em terceiro lugar, propomo-nos otimizar os serviços de migração e melhorar das condições de desembarço aduaneiro. Atendendo à situação real dos fluxos migratórios, bem patentes nas estatísticas disponíveis, fornecemos os dados exactos. Os serviços responsáveis pela migração participam no carregamento do “cadastro” num banco de dados digitais. Os dados serão facultados e carregados, permitindo a pesquisa cruzada da identidade com as demais informações cadastradas, tornando, assim, mais fácil a detecção de situações, reduzindo também o consumo de papel.

Em quarto lugar, incrementamos a missão do Estabelecimento Prisional de Macau e reforço do seu quadro de pessoal. Nesse sentido, planeamos a revisão da legislação orgânica do Estabelecimento Prisional de Macau, para além do incremento do número de funcionários, com destaque para a criação de um corpo de pessoal médico exclusivo, para melhor assegurar a assistência à população prisional. Assumindo um planeamento científico e tendo em consideração as particulares exigências da especificidade profissional do corpo de guardas prisionais, desenvolveremos programas de treinamento sistemático visando o longo prazo.

Em quinto lugar, prosseguimos a boa planificação das operações de socorro e salvamento. Prioritariamente e, em articulação com o campus universitário de Hengqin, vai ser instalado um posto operacional visando uma melhor operacionalidade, seguindo-se no curto prazo, o estudo preliminar conjunto, sobre as incidências da Ponte Hong Kong-Macau-Zhuhai, no âmbito da prevenção e combate a incêndios. Por outro lado, tomamos as medidas de contingência para as infra-estruturas das Ilhas, o mantendo em permanente

atualização os seus planos de emergência para o projecto de Metro Ligeiro, habitação pública.

De acordo com os objectivos políticos aqui traçados, propomo-nos, na área de governação da segurança pública interna, uma planificação das linhas de acção sistematizadas em 11 pontos, os quais partilhamos pelos diversos órgãos e serviços sob tutela.

1. Melhor coordenação interdepartamental e optimização da gestão

Os Serviços de Polícia Unitários concentram a responsabilidade de coordenação das acções de polícia com vista à realização das políticas públicas do Governo desenhadas para enfrentar e responder aos desafios que lhes coloca o desenvolvimento social e económico. Os seus organismos subordinados, Polícia Judiciária e Corpo de Polícia de Segurança Pública, na programação das respectivas actividades futuras têm sempre em atenção a motivação dos novos condicionalismos, todavia não podem deixar de enquadrar a resposta na sua própria realidade orgânica, porquanto dela também depende a eficácia da sua acção.

Na verdade uma melhoria da performance Policial, carece da constante adaptação dos seus regulamentos internos e diplomas externos que regulam a sua actividade e competências. Sem este esforço paralelo de conformação da plataforma legislativa em que assenta a actividade Policial, não será acessível às autoridades de segurança corresponder aos desafios que hoje se enfrentam.

Embora possamos registar algum alívio quanto à escassez de recursos humanos, a verdade é que a expansão das áreas urbanas e as novas edificações, a abertura de novos hotéis com casinos, o aumento do fluxo de visitantes e o inevitável conseqüente aumento e sofisticação das práticas criminosas, resulta numa demanda de pessoal, sentida em vários sectores da actividade pessoal, a que é difícil corresponder dada a exiguidade do universo de recrutamento a que temos acesso, pelo que a expectativa é a de que estas dificuldades dificilmente serão ultrapassadas.

Entendemos que a superação da escassez de recursos humanos só pode ser suprida lançando mão de novos e modernos equipamentos, assentes nas mais modernas tecnologias com vista a que sejam os verdadeiros auxiliares da actividade das forças e serviços de segurança, o que será complementado com um reforço do treino e da formação do pessoal.

Trabalhamos também na optimização do sistema de videovigilância, centrando o seu desenvolvimento numa responsabilidade partilhada entre as polícias, a Direcção dos Serviços das Forças de Segurança e os Serviços das Obras Públicas, o que permite uma melhor planificação, isto para além do aperfeiçoamento da regulamentação, no sentido de bem prover às exigências da reserva da intimidade privada dos cidadãos, conferindo garantias de respeito por esse direito fundamental.

A afirmação dos princípios da imparcialidade, justiça e legalidade na acção de polícia requer para além de uma boa gestão interna uma permente prevalência da disciplina e das regras de boa conduta deontológica, por forma a que se reforce uma boa imagem junto da sociedade e tenhamos forma de aferir quem merece a recompensa e quem, porventura, merece censura.

É, assim fundamental que os nossos recursos humanos acompanhem estes ventos de mudança, e se dotem de capacidade técnica otimizada para um bom desempenho das suas funções, tão bom quanto possível. Procuraremos, por via da formação em exercício e pela via do intercâmbio de experiências com os colegas do exterior, enquadrar todo o nosso pessoal nas boas práticas e procedimentos, providenciando para que o seu desempenho profissional constitua orgulho da nossa população.

Propomo-nos, em execução das linhas gerais que vimos expandido, o seguinte:

- 1.1. Promovemos um aprofundado estudo do conceito operacional em vigor promovendo a sua evolução para um conceito que se densifique a partir das nossas preocupações maiores, para o que se vai criar um grupo de trabalho interdepartamental, que estude medidas de facilitação do acesso do cidadão às diversas valências policiais, mormente no que diz respeito à notícia do crime;
- 1.2. O Corpo de Polícia de Segurança Pública traz em estudo a revisão da sua estrutura orgânica e funcionamento, visando um efectivo enquadramento nas necessidades que se vêm sentido;
- 1.3. Prosseguiremos a nossa política de reforço do combate e prevenção do crime, promovendo uma cultura de partilha de informação Policial útil, entre os diversos departamentos empenhados na mesma missão. Acreditamos nas vantagens da centralização da análise de informação criminal, muito particularmente no que diz respeito à luta contra a criminalidade grave e altamente organizada, transfronteiriça e transnacional;
- 1.4. Aproveitando o incremento pretendido para o policiamento comunitário, esperamos que as polícias sejam receptoras de um maior volume de denúncias e de outros sinais de comportamentos desviantes, que permitam o desenho de adequadas medidas de natureza preventivas;
- 1.5. Procuraremos melhorar a qualidade profissional do nosso pessoal providenciando-lhe o fortalecimento das suas capacidades de pesquisa e de análise de informação (*intelligence* policial);
- 1.6. Fomentaremos a cooperação regional e internacional, abrindo, se possível, ainda mais canais de comunicação e cooperação;
- 1.7. Reforçaremos as medidas de protecção civil, particularmente, no que diz respeito à resposta a emergências e os SPU prosseguirão a concepção e melhoramento dos Planos de Contingência, em especial, os relativos às infra-estruturas críticas, promovendo uma boa articulação com as demais entidades responsáveis;

- 1.8 Correspondendo às preocupações próprias das sociedades modernas não deixaremos de prestar atenção à capacidade de resposta a casos de eventual crise de segurança interna, nomeadamente a que advém de actos de terrorismo. Os agentes terão permanente reforço e refrescamento dos seus conhecimentos e do seu papel no âmbito das suas atribuições e verão sempre melhorado o seu equipamento operacional;
- 1.9. Iremos prosseguir com as segunda e terceira fases da instalação de câmaras de videovigilância, configurando-a ao regime legal vigente, o que faremos em articulação com o departamento responsável das Obras Públicas, após a conclusão dos estudos dos locais a dotar do sistema e, bem assim, sobre as funcionalidades de monitorização do mesmo;
- 1.10. Procederemos de forma sistemática a uma avaliação da disponibilidade dos recursos humanos dos SPU, conjugando as necessidades de crescimento com os efeitos das perdas administrativas, promovendo a sua auto-confiança no desempenho das funções, permitindo que se capacitem com as facilidades e virtualidades que as novas tecnologias podem proporcionar, para que assim melhor possam acompanhar os padrões de desenvolvimento social;
- 1.11. Promoveremos o bem-estar moral e psicológico dos agentes das forças de segurança por via de várias iniciativas voltadas para a actividade cultural e recreativa, aspectos que consideramos de relevante importância para a saúde mental do pessoal;
- 1.12. Promoveremos o diálogo em todos, e entre todos, os escalões da hierarquia discutindo ideias sobre situações particulares do dia-a-dia de trabalho e dar sinais de reconhecimento pelo desempenho sempre que tal se justificar, cientes de que esta atitude promove uma melhor gestão da interiorização do dever e das normas disciplinares;
- 1.13. Fortalecer a consciência de serviço público, promovendo o constante aperfeiçoamento das directivas de trabalho e bem assim a disciplina interna, censurando as más prestações e premiando os bons desempenhos para garantir a boa imagem policial;
- 1.14. A representatividade popular que a composição da CFD induz, demanda-nos toda a atenção às sugestões decorrentes da apreciação que faz das queixas que lhe são apresentadas, pelo que veicularemos às corporações e serviços as recomendações que nos forem apresentadas por este órgão de controlo externo da disciplina e do funcionamento das entidades sob tutela da área de governação da segurança;
- 1.15. Lançaremos mão de todos os recursos disponíveis que possam contribuir para a elevação dos índices de auto estima e confiança dos nossos agentes, cientes da sua primacial importância para a segurança da RAEM, designadamente através do desenvolvimento das carreiras e dos institutos de recompensa do mérito que a

legislação permite. Neste contexto reservamos, também, um papel muito especial aos apoios que as Obras Sociais das corporações e serviços podem proporcionar e cuidaremos de facultar apoio psicológico a quem a ele pretender recorrer;

- 1.16. Prosseguir o estudo dos diplomas legais relativos ao recrutamento e formação, pesquisando quais os constrangimentos que ora se colocam e procurando removê-los por via da revisão da legislação se tal se mostrar imprescindível;
- 1.17. Acompanhar de perto todas as iniciativas legislativas em matéria penal que possam ter interferência com a actividade Policial.

2. Garantir uma cidade segura, dotada de uma boa ordem pública

Desde a transferência de soberania, Macau encetou um caminho de internacionalização, apostando no turismo de lazer como paradigma do seu desenvolvimento social, caminho que pretende prosseguir de uma forma sustentável, sendo nesse trilha que vem procedendo às necessárias reformas. É obrigação de todos os departamentos governamentais se envolverem nesse projecto, adoptando as melhores políticas públicas, as por forma a conduzir a um desenvolvimento harmonioso, pautado pela prosperidade e pela estabilidade e segurança.

O crescimento da economia e o desenvolvimento social, reflectem-se na necessidade da criação de infra-estruturas, não só de habitação, como de mobilidade e de abastecimento. Estes factos são potenciadores de factores criminogéneos, contribuindo para o aumento dos riscos de segurança o que afecta a população de Macau, a nativa e aqueles que nos visitam, o que nos esforçamos por prevenir, mas não podemos escamotear, particularmente quanto ao crime de furto.

Macau, cada vez se afirma como uma sociedade transcultural e multi-ética, o que se evidencia pela proliferação de eventos internacionais que animam a vida diária, para além da cada vez mais presente comunidade estrangeira. Esta exposição externa, faz com que Macau também seja permeável às incidências de instabilidade exteriores, as quais proliferam pelo mundo fora e que, fruto da globalização e de todos os factores que a induzem, não deixam de afectar a segurança de Macau e as nossas condições de vida. As vantagens que Macau oferece sob o ponto de vista da economia e das oportunidades de investimento, são terreno fértil para que nele frutifiquem oportunismos e desafios à ordem jurídica estabelecida. Nesse sentido, exige-se das autoridades de segurança que estejam vigilantes e atentas a tais incidência no sentido de prevenir riscos para os visitantes e residentes.

- 2.1. No próximo ano o CPSP vai intensificar a análise da situação de segurança através do tratamento da informação recolhida por forma a poder capacitar-se para uma resposta eficaz, designadamente no que diz respeito à definição do dispositivo e à sua implantação no terreno, focando-se na monitorização dos locais de incidência

de pequena , mas difusa, criminalidade, como sejam os furtos, as burlas, os roubos na via pública, o fogo-posto, etc, cientes do que estes comportamentos desviantes afectam a estabilidade segurança das pessoas, em geral;

- 2.2. Para evitar a criminalidade menor, os Departamentos Policiais de Macau e das Ilhas vão providenciar acções de prevenção e sensibilização para as ameaças pendentes sobre os seus residentes e turistas, designadamente quanto ao crime de furto e ao crime de burla. Fá-lo-emos junto das unidades residenciais e das empresas de gestão de condomínios, bem como junto dos construtores de edifícios para que, de raiz, se tomem medidas que reduzam os riscos de ocorrências desviantes;
- 2.3. Vamos envolver mais agentes nos patrulhamentos, especialmente nos feriados e no período nocturno, por forma a evitar e combater ilegalidades;
- 2.4. Acompanharemos de perto o ambiente nos estabelecimentos de diversão, especialmente os de diversão nocturna, como discotecas e Karaoques, saunas, bares e estabelecimentos de jogos electrónicos, por forma a prevenir ocorrências criminosas;
- 2.5. Não deixaremos de acompanhar os estabelecimentos hoteleiros que têm alguns jogos de entretenimento associados e que não deixam de constituir uma preocupação de segurança, que reclama acções de fiscalização;
- 2.6. Estaremos atentos a todos os locais onde se registe grande afluxo de cidadãos, com particular atenção para os autocarros de passageiros, prevenindo a ocorrência de furtos no seu interior;
- 2.7. À medida que vemos crescer a construção da Ponte Hong Kong-Macau-Zhuhai e, bem assim, os empreendimentos que lhe são conexos, vamos apontando as nossas preocupações para os impactos que tão significativa infra-estrutura trará para a comunidade de Macau. Cremos que se registará um aumento significativo dos residentes e será enorme o afluxo de pessoas, pelo que o actual dispositivo policial instalado na Areia Preta não será suficiente. A par do aumento demográfico, aumenta também a área de jurisdição pelo que se impõe o estudo das respostas a dar a tal circunstancialismo por forma a não haver quebras na situação da segurança das pessoas;
- 2.8. No ano que se avizinha operaremos uma redefinição racional do patrulhamento das ruas e dos aglomerados habitacionais, quer na cidade de Macau quer nas Ilhas, adequando-o ao actual *layout* e ao surgimento de novas edificações. Melhoraremos o sistema de controlo das patrulhas e facultaremos formação em exercício ao pessoal patrulheiro por forma a que, com maior mobilidade, possa desempenhar bem o seu ofício e melhor acudir a quaisquer solicitações de emergência;
- 2.9. Para contero crescimento do crime relativo ao jogo, estaremos atentos, reforçando as acções de fiscalização nos pontos e empreendimentos considerados mais

- críticos em estreita colaboração com o respectivo pessoal de segurança privada, podendo, assim, intervir sempre que se notar qualquer afloramento de condutas criminosas;
- 2.10. Cientes dos impactos negativos que o crime de fogo posto tem na sociedade, vamos dedicar uma acção específica visando a prevenção deste crime e a perseguição daqueles que a ele recorrem, protegendo a sociedade desta hedionda atitude. Recorreremos à análise de informação que nos for sendo disponibilizada para que possamos, com eficácia, levar os criminosos a prestar contas à justiça;
 - 2.11. Prestaremos particular atenção aos crimes relacionados com o consumo e tráfico de drogas, tarefa em que será fundamental a cooperação inter-regional e internacional, em qual não será viável o sucesso do combate a este flagelo, que tanta perturbação causa à nossa sociedade;
 - 2.12. A criminalidade juvenil é outra das nossas grandes preocupações e que estará na agenda diária do próximo ano. Nesse sentido irá um especial e dedicado esforço de prevenção;
 - 2.13. Cientes de que a exploração da prostituição afecta muito a imagem internacional de Macau, bem como a boa ordem social, Tudo faremos para reprimir o oferecimento público de serviços de prostituição, bem como a publicidade de cariz pornográfico, agindo sobre os seus protagonistas e recambiando os não residentes que se dedicarem a tais actividades. Enquanto isso, a polícia vai cooperar plenamente com os departamentos competentes para combater os "hotéis ilegais";
 - 2.14. Dada a frequência com que vemos pessoas, particularmente mulheres, menos jovens, dedicando-se à promoção de actos de prostituição, distribuindo *flyer* e o facto de tal afectar a imagem internacional de Macau como cidade turística, não deixaremos de pressionar com as nossas acções de fiscalização;
 - 2.15. Temos vindo a constatar que muitos estrangeiros recorrem a casamentos de conveniência com o objectivo de obter autorização de residência, quando, na verdade, essa união de vida não corresponde à verdade. Somente uma aturada investigação e trabalho de análise pelos departamentos com competências nesta área poderá obviar a este fenómeno de fractura com as regras da boa-fé e é isso aquilo a que nos propomos com veemência;
 - 2.16. O tráfico de pessoas é um crime grave de que são vítimas essencialmente as mulheres e os menores de idade, a que a administração se opõe e em particular as autoridades de segurança, em pleno respeito pelos diversos instrumentos de direito internacional a que se vinculou, tudo faremos para reprimir aqueles que controlam e promovem esta actividade em Macau;

- 2.17. Adoptaremos medidas vigilantes juntos dos transportes públicos, onde mais se faz notar a acção dos carteiristas, avisando os passageiros desses perigos e actuando implacavelmente sobre esses gangues de criminosos;
- 2.18. Não descuraremos o fenómeno do terrorismo, transversal a todas as sociedades e a que Macau não se pode considerar imune. Procuraremos reunir sinergias internas e interdepartamentais para reagir contra este fenómeno e melhor salvaguardar os valores que informam uma sociedade segura;
- 2.19. Acompanharemos de perto todas as acções anti-terroristas levadas a cabo pelas autoridades das regiões vizinhas, trocando com elas informações relevantes e unindo esforços para detectar atempadamente quaisquer afloramentos de actividade terrorista. Nesse sentido adoptaremos todas as medidas policiais de prevenção adequadas a reduzir o risco;
- 2.20. Estaremos atentos ao fenómeno da imigração ilegal e às estadias em excesso de permanência, actuando de forma preventiva e repressiva sobre esse fenómeno, acelerando os processos de repatriamento de quem violar as regras respectivas;
- 2.21. Em articulação com os Serviços de Assuntos Laborais promoveremos acções contra a mão-de-obra ilegal, bem como sobre quem a ela recorrer;
- 2.22. Promoveremos um diálogo permanente com as empresas de segurança privada, com vista a delas colher toda informação de interesse policial que puderem connosco partilhar e, simultaneamente, com vista à fiscalização da sua própria actividade, designadamente quanto aos equipamentos de videovigilância e, quando a tal autorizadas, quanto ao uso de armas de fogo;
- 2.23. Dedicaremos uma especial atenção à segurança aeroportuária naquilo que couber dentro da nossa competência, prevenindo quaisquer acções de sabotagem, desvio de rota de aeronaves e, bem assim, do furto nas mesmas. Procuraremos manter uma boa e efectiva ligação com as autoridades aeroportuárias designadamente na questão do equipamento com detectores Raio-X, fundamentais para o controlo de mercadorias ilícitas ou perigosas, assim garantindo, aquela que é a nossa preocupação, que é a segurança dos utentes e dos passageiros;
- 2.24. Procederemos a exercício simulacro quer de resgate de e em aeronaves por parte das nossas forças especiais, quer de socorro e emergência em caso de sabotagem ou incidente/acidente grave.

3. Reforço dos meios forenses com vista ao combate ao crime

O combate ao crime passa muito pelas apostas estruturais que vimos e continuaremos a fazer, designadamente com os equipamentos de apoio à vertente de *intelligence*, a qual

constitui veículo de aproximação à comunidade e o intercâmbio externo e interdepartamental e, pelas demais infra-estruturas, o aumento da capacidade global e bem assim do pessoal.

Os crimes que mais atormentam o dia-a-dia dos residentes são os crimes de burla, furo e roubo, consumo e tráfico de drogas, pelo que é para a sua prevenção e combate que dirigimos as nossas forças e capacidades e empenhamos os nossos meios, promovendo estratégias que, simultaneamente, concorrem para o bem estar da população residente mas também para o desenvolvimento social. A indústria do jogo de fortuna e azar, pela sua vulnerabilidade, reclama uma maior e mais específica atenção o que promovemos por via de uma alocação de pessoal mais racional e especializada, assim aumentando o sentimento de segurança de quem frequenta os casinos. O recurso às novas tecnologias e software dedicado permite uma análise forense mais cuidada e precisa no combate à criminalidade mais sofisticada, grave e altamente organizada.

A aposta nas novas tecnologias e a prevenção da criminalidade informática induz a dotação de equipamento e software sofisticado de monitorização de determinados tráfegos na WEB, a qual será sempre levada a cabo mediante prévia autorização judicial, mas cujos indícios serão perseguidos de uma forma sistemática por forma a impedir o cometimento de crimes. (Quanto à recolha de informação, a PJ irá continuar a reforçar a capacidade de recolha de informações, alargando a rede de informações, aproveitando o sistema de internet internacional para acompanhar a mudança de informações, a fim de melhorar a análise de crime e avaliação de segurança)

Neste sentido, os nossos planos de acção de prevenção e combate ao crime, desenvolvem-se pela forma seguinte:

3.1. Crimes graves

- 3.1.1. Empenhamo-nos numa cooperação séria entre todos os departamentos com responsabilidade na prevenção e combate ao crime, designadamente no que diz respeito ao crime contra a propriedade dos residentes e de todos aqueles que nos visitam adequando os planos de acção à sua tipologia específica;
- 3.1.2. Desenvolveremos todos os esforços de prevenção da delinquência juvenil, promovendo o afastamento dos jovens estudantes dos locais de diversão propenso ao aliciamento por parte de agentes do crime organizado;
- 3.1.3. Fortaleceremos a inspecção dos estabelecimentos hoteleiros e outros locais de alojamento sobre os quais recaia a suspeita de práticas de prostituição ou do respectivo favorecimento, especialmente quando o mesmo passe pelos indícios de tráfico e exploração de pessoas. Não nos pouparemos à recolha, troca e análise de informações para combater este tipo de actividades e nesta luta envolveremos a sociedade civil e, bem assim, a gestão dos condomínios;
- 3.1.4. Incrementaremos as acções de proximidade e de cobertura dos grandes eventos a realizar em Macau e que aqui atraem grandes multidões, não

esquecendo os locais de toma e largada de passageiros dos transportes públicos, mais propícios à ocorrência de crimes, cientes de que sem aumentar o sentimento de confiança por parte dos turistas não lhes damos razões para uma boa publicidade externa da nossa cidade e seus atractivos de diversão;

- 3.15. O furto na rua vai também ingressar no espectro das nossas preocupações primeiras e contaremos com a ajuda dos meios de videovigilância, auxiliar precioso dos investigadores deste tipo de crime;
- 3.16. O mesmo diremos relativamente ao fogo – posto, cujo combate também conta com a ajuda dos sistemas de videovigilância, não só como meios dissuasores, mas principalmente como auxiliares de identificação, o que será acompanhado por outros meios de investigação e análise forense, já disponíveis e prontos a utilizar, sem embargo pelo respeito pela legalidade e protecção da reserva da intimidade privada, como demanda a Lei n.º 2/2012.

3.2. Criminalidade relacionada com o Jogo

O desenvolvimento e o crescimento da indústria do jogo, dá lugar a que cada vez mais se movimentem valores económicos elevados, pelo que é de esperar o crescimento dos crimes relacionados com este facto, designadamente, o crime de abuso de confiança. Tomando por referência os primeiros 4 meses do ano foram detectados 10 casos de abuso de confiança envolvendo quantias aproximadas dos 70 Milhões de patacas, facto este que, associado à também crescente criminalidade informática, demanda que se assumam intervenções preventivas e de combate muito determinadas e assertivas, particularmente porquanto cada vez mais este tipo de criminalidade surge a coberto de organizações criminosas o que a tornam muito mais sofisticada, perigosa e grave.

- 3.2.1. Apesar de termos um dispositivo Policial empenhado 24/24 horas, a fim de podermos intervir em qualquer incidente, de uma forma rápida e pronta, vamos incrementar as acções de fiscalização bem como as equipas de investigadores residentes, pretendendo, assim, uma maior eficácia na intervenção, sempre que necessária;
- 3.2.2. Dedicaremos particular atenção ao trabalho ilegal, especialmente nestes locais de entretenimento, bem como às condutas impróprias que possam afectar o convívio são e ao respectivo engajamento;
- 3.2.3. Em cooperação com a Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos vamos encetar operações conjuntas e reforçar a dotação de pessoal dedicado, especialmente dirigidas às infracções às leis do jogo e bem assim à detecção da presença ilegal de indivíduos interditos de entrar em casinos. Neste sentido, o da prevenção de irregularidades e de crimes,

contaremos com o reforço da cooperação com as empresas de segurança privada e de autoprotecção, cujo contributo será sempre de relevante importância;

3.2.4. As nossas acções anti-crime junto dos casinos resultarão sempre reforçada por ocasião dos feriados prolongados e nos dias festivos, momentos mais propensos à ocorrência de crimes, designadamente pelo maior afluxo de visitantes nos casinos.

3.3. Criminalidade económica

3.3.1. Fraude

- Incrementaremos a presença em eventos destinados a abordar a temática da fraude e demais tipos de crime, possibilitando a intervenção do público e o *approach* com as suas opiniões e conhecimentos;
- Cada um dos casos de burla será analisado mediante o cotejo de factos já registados, confrontando as linhas de contacto com cada um dos *modioperandi*, convencidos que estamos de que, por esta via da análise estatística, mais facilmente chegaremos à identificação dos burlões como também melhor definiremos os locais e circunstâncias facilitadoras da sua actividade, dando particular atenção a um contacto permanente com o sector bancário, procurando, muito especialmente proteger as pessoas mais idosas da conduta daqueles que se dedicam a induzi-los a transferir-lhes grandes somas de dinheiro;
- Envolveremos nestas iniciativas outros departamentos com responsabilidades afins visando combater todos aqueles que, sem escrúpulos, vivem de enganar os cidadãos por via de meio fraudulento;
- Incluem-se nesta preocupação as casas de artigos de luxo falsificado, como os artigos de relojoaria e outros, como ainda as casas de penhores, sectores de actividade comercial mais propensa a este tipo de criminalidade, sobre as quais deve recair uma grande cautela dos cidadãos e a nossa atitude preventiva.

3.3.2. Documentos e declarações falsas

Nos últimos anos vimos registando um crescimento de casos de falsificação de documentos, casamentos de conveniência visando a autorização de residência, fraudes com cartões de crédito, documentos de identificação falsos para com eles obterem vantagens, designadamente junto das instituições de acção social, o que nos determina a uma atitude proactiva:

- Encetaremos uma campanha de sensibilização no sentido prevenir os funcionários de atendimento ao público quanto aos cuidados que

devem ter na verificação da sua autenticidade, nomeadamente, em caso de dúvida, a sua certificação pela entidade emissora; Também, os casamentos de conveniência serão objecto da nossa atenção alertando para as consequências desta tentativa de defraudar a lei e enganar a administração, quase sempre contra a entrega de vantagens económicas que, a final, podem ser irre recuperáveis, para além da anulação do efeito pretendido com a adopção de tal conduta artificiosa;

- Adoptaremos medidas adequadas a evitar outros afloramentos de fraude relativa à situação pessoal dos cidadãos, designadamente no âmbito da prestação de trabalho a terceiros e na atribuição de quotas de mão-de-obra.

3.3.3. Moeda Falsa

Os crime de emissão e passagem de moeda falsa diminuiram quando comparados os dados estatísticos do anos anterior. Todavia, as características particulares de Macau, como cidade cosmopolita, e o constante crescimento da indústria do jogo, conduzem, por cautela, à convicção de que este tipo de crime pode, a qualquer momento, ter um recrudescimento, o que constitui grave perigo para a estabilidade da economia e a confiança nas transacções comerciais. Importa assim sensibilizar o comum dos cidadãos para a contrafacção de moeda, capacitando-os de conhecimentos básicos que permitam a identificação de *specimens* falsos. Para além disso, será mantida uma cooperação estreita com as demais entidades policiais vizinhas no sentido de colher todo o tipo de informação que permita identificar riscos de contrafacção de moeda e sua passagem.

3.3.4. Crimes relacionados com cartões bancários

A Polícia judiciária procederá a um grande esforço de identificação dos casos em que criminosos recorrem aos cartões de crédito para fraudulentamente obterem bens ou dinheiro em *cash*, particularmente dos carteiristas, o que fará em constante e permanente articulação com as entidades bancárias, acção em que não deixa de ser importante a colaboração das vítimas, normalmente visitantes. A fim de obter alguma eficácia nesta luta, propomo-nos:

- Reforçar a cooperação com as entidades emissoras deste tipo de cartões, mantendo uma constante troca de informações;
- Incrementar a formação do nosso pessoal, facultando que participem em acções de formação e seminários sobre este tipo de fraude por forma a que se mantenham actualizados sobre os novos métodos de

operação dos criminosos e também dos métodos mais modernos de prevenção, investigação e detecção de uso anómalo ou fraudulenta.

3.4. Criminalidade informática

A criminalidade informática ou por via informática tem registado um significativo aumento. Com efeito, desde as fraudes até aos crimes contra as pessoas, sejam de difamação ou outra ordem, tem-se notado um significativo crescimento nos últimos tempos, o que é preocupante. No sentido de prevenir e combater este tipo de criminalidade implementaremos um conjunto de medidas que aqui se deixam em sinopse:

- 3.4.1. Fortalecimento da relação com os fornecedores de internet e com os gestores e provedores das redes e com os operadores de comunicações;
- 3.4.2. Implementar um sistema de alertas que permita a sinalização de desvios ilícitos no uso da *internet*, particularmente quando os mesmos constituam crime;
- 3.4.3. Manter em constante sensibilização a generalidade das instituições da sociedade civil e da administração pública para a necessidade de medidas preventivas e de segurança, pronunciando-se sobre a segurança informática;
- 3.4.4. Manter uma boa articulação com a Autoridade Monetária de Macau, no sentido da prevenção da fraude financeira, mantendo uma atitude de fiscalização permanente e sistemática;
- 3.4.5. Acompanhamento regular da comunidade escolar, associações e centros comunitários, expondo-lhes os princípios básicos da segurança informática por via da organização de colóquios e seminários.

3.5. Branqueamento de Capitais

- 3.5.1. Tem estado em funcionamento um grupo de trabalho dedicado à prevenção e combate a este tipo de actividade que é fracturante da boa ordem económica e social, alteração que determinará o reforço do pessoal especializado neste tipo de actividade criminal;
- 3.5.2. Em 2014 irá ter lugar a avaliação da aplicação das convenções relativas ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, em Macau, a ter lugar sob os auspícios do Grupo Asia-Pacífico sobre o Branqueamento de Capitais (APG), razão porque devemos determo-nos sobre a respectiva preparação documental a fim de fazer a demonstração dos nossos esforços e procedimentos no sentido de uma boa execução dos instrumentos de direito internacional a que a RAEM se encontra vinculada;

- 3.5.3. Segundo a proposta do FinancialActionTask – Force (FATF- GAFI), envidaremos todos os esforços para fazer a demonstração do nosso empenho no cumprimento dessas obrigações internacionais, de direito e de solidariedade entre os povos, criando um grupo interdepartamental com atribuições de estudo e proposta de medidas de redução dos riscos e ameaças, bem como do respectivo combate;
 - 3.5.4. Perseguindo os trilhos mais permeáveis à emergência de situações de lavagem de dinheiro, promoveremos, em articulação com as instituições bancárias locais e entidade reguladora, um contacto permanente e sistemático por forma a, em reporte directo e em *real time* com o Gabinete de Informação Financeira, obter e tratar informação que facilite as acções de inspecção e fiscalização, cientes que estamos de que apenas um trabalho integrado e ininterrupto poderá garantir o cumprimento dos objectivos a que nos propomos.
- 3.6. Consumo e tráfico de drogas.
- Prosseguiremos o nosso combate contra o flagelo do consumo e tráfico das substâncias estupefacientes (vulgo, drogas), incrementando todas as medidas que se acharem necessárias ao efeito, muito particularmente ao seu trânsito ilícito pelos postos fronteiriços para o que, além de nos dotarmos com equipamento altamente avançado de detecção, facultaremos a melhor formação ao pessoal que vai integrar equipas especializadas nesta área. As acções de fiscalização, que se estendem desde os locais até às pessoas, passarão também pela atenção a dar a eventos de juventude, sempre muito propício aos consumos e à proliferação da actividade dos traficantes de acordo com a experiência da aplicação da legislação pertinente para fornecer aconselhamento profissional sobre a revisão.
- 3.7. Reforço da actividade de intelligence Policial
- 3.7.1. Vamos expandir a nossa rede de informações policiais, interna e externamente, ampliando as potencialidades de pesquisa e análise, no que cabe o incremento do contacto com as autoridades policiais dos Países e regiões vizinhas e bem assim com o interior da China, visando o melhor apetrechamento e assertividade nas nossas acções de prevenção e combate ao crime;
 - 3.7.2. Teremos em mente um conceito de polícia moderno, em que a *intelligence* é essencial para a racionalidade da sua intervenção na fiscalização do cumprimento da lei, porquanto confere uma amostragem casuística que reduz o risco de acções inúteis e sem consequências, o que fragiliza a sua autoridade e prestígio;
 - 3.7.3. Dotar-nos-emos de software específicos para análise do acervo de informação recolhida, bem como de equipamentos que lhes sirvam de plataforma, procurando uma efectiva modernização da actividade de polícia, em particular da investigação criminal;

4. Combate ao contrabando e aos crimes contra a propriedade intelectual e facilitação do desembaraço aduaneiro

Estará já em funcionamento pleno o novo *Campus* universitário de Hengqin e, simultaneamente, constataremos a abertura de mais *resorts* e parques temáticos, o que conjugado com as novas infra-estruturas operará uma enorme pressão sobre Macau, sendo importante acautelar todas as vertentes em presença e apostar na boa execução dos acordos de cooperação com a região vizinha, particularmente o “Acordo Quadro de Cooperação entre Guangdong e Macau”, no que se inclui a prorrogação de abertura do posto fronteiriço. Os executivos dos principais centros urbanos têm de apostar na cooperação para defender um desenvolvimento integrado e equilibrado.

Os Serviços de Alfândega vêm desenvolvendo um sistema de declarações electrónicas (EDI), destinado a simplificar e desmaterializar os procedimentos de desembaraço aduaneiro, o que continuará a incrementar, sem que faça incidir uma fiscalização atenta sobre as diversas formas de contrabando, incluindo o contrabando formigueiro, como seja o de tabaco, de carnes e legumes frescos, pelo que a referida desmaterialização não prejudicará uma fiscalização mais atenta. Para o efeito, os Serviços de Alfândega vão dotar-se de equipamento móvel de raio x, que permite uma fiscalização mais eficiente das cargas que atravessam a fronteira.

O rápido desenvolvimento da internet e suas potencialidades permitem formas de comunicação que podem ser utilizadas de forma malévola e dolosa, tendo em vista prejudicar, por meios ilícitos, a imagem de Macau, nomeadamente no que diz respeito às violações dos direitos de propriedade intelectual, pelo que os Serviços de Alfândega propõem-se lançar mão de métodos e equipamentos destinados a salvaguardar, sempre no respeito pela Lei, designadamente o disposto no Código de Processo Penal.

A orla costeira de Macau vai continuar a aumentar o seu perímetro, mormente como resultante da construção da nova ponte Hong Kong-Macau-Zhuhai e daí resultarão maiores exigências de fiscalização, porque aumenta a zona de acção. Paralelamente é admissível que se venha a sentir um aumento de factores de instabilidade, com maior ocorrência de crimes e outras condutas ilícitas como o contrabando, a emigração ilegal, se venham evidenciar mais frequentes. Por outro lado, estas infra-estruturas podem induzir uma maior demanda das valências de socorro e de resgate por parte dos SA, que vai assumir, por isso, uma maior frequência dos patrulhamentos costeiros de todo o perímetro das águas, por cuja segurança Macau partilha responsabilidades. Os trabalhos concretos são os seguintes:

4.1. Facilitação aduaneira

- 4.1.1. Prosseguiremos o nosso trabalho de unificação da declaração aduaneira entre Macau e o interior da China, instrumento fundamental ao bom giro comercial e no qual ambos os lados da fronteira se vêm mostrando muito

interessados. No próximo ano, incrementaremos ainda mais o estudo de unificação da declaração aduaneira;

4.1.2. Para alcançar as metas de facilitação que nos propomos exploraremos outros métodos de *e-commerce* encaminhando-nos para que as licenças de importação e exportação de bens privilegiam o recurso às declarações electrónicas em detrimento de outros métodos mais morosos;

4.1.3 Sensíveis às condições de desenvolvimento socio-económico de Macau, vamos trabalhar na regulamentação e bem assim nas formas de sensibilização para a questão da circulação de dinheiro nas fronteiras, bem como de outros títulos transaccionáveis, com a implementação do canal verde (nada a declarar) e do canal vermelho (declaração alfandegária), para permitir que o público de normas jurídicas claras e diretrizes para a implementação;

4.2. Combate ao Contrabando

4.2.1. Para a prevenção de riscos de descaminho aduaneiro, adquirimos equipamento móvel de raio x, destinado a prospectar presença de substâncias proibidas, como a droga ou os explosivos. Para além disso, o novo sistema de avaliação do risco facultará aos funcionários alfandegários da linha da frente melhores indicações e orientação para uma fiscalização mais assertiva;

4.2.2. Vamos melhorar a fiscalização do trânsito de veículos para um e outro lado da fronteira, sendo que desde Fevereiro que se vem desenvolvendo um novo sistema de controlo no parque transfronteiriço. Com o novo sistema estamos em crer que vai melhorar bastante o controlo de quaisquer actividades ilícitas, designadamente das de contrabando, permitindo um desalfandegamento mais facilitado, mas também mais rigoroso;

4.2.3. Vamos incrementar a cooperação com as entidades homólogas do exterior e do interior da China por forma a tornar firmes as garantias de um bom controlo alfandegário, mormente no âmbito do combate aos tráficos ilícitos, como sejam o de substâncias alucinogéneas, o qual muito depende da troca de informações relevantes entre as partes.

4.3. Protecção da Propriedade Industrial

4.3.1. As actividades ilícitas que o domínio da internet proporciona constituem um desafio da era moderna e um verdadeiro problema, transversal a Macau, sendo que sucedem, com frequência, as violações da lei e a comissão de crimes. Estamos, em colaboração com o exterior empenhados em adoptar medidas de contenção dessa nova realidade, encetando, também, acções que visam a cooperação internacional;

4.3.2. É, também, nossa intenção reforçar as cadeias de comunicação e cooperação com Guangdong visando a protecção dos direitos de propriedade intelectual, fomentando a comunicação e a troca de informações entre ambas as jurisdições e organizando eventos de divulgação do tema, seminários e outros, promovendo, assim, para além da sensibilização a troca de saberes e experiências sobre o tema.

4.4. Policiamento Marítimo

Encontra-se em pleno desenvolvimento o projecto da Ponte Hong Kong-Macau-Zhuhai, estando em fase de conclusão a Ilha artificial, o que, não obstante nas águas contíguas não serem águas sob jurisdição de Macau, aumenta a responsabilidade de fiscalização de policiamento marítimo, já a partir do segundo semestre do corrente ano, situação agravada pelo aumento do fluxo de navios para o novo Terminal marítimo e pela facilitação necessária à passagem de equipamentos de engenharia e materiais de construção, bem como dos técnicos e demais trabalhadores. Claramente estes dois projectos *offshore* acrescentam muito trabalho e exigem uma dinâmica que demanda esforços acrescidos, não só quanto à fiscalização mas também quanto à segurança preventiva, uma vez que poderão motivar um crescimento de actividades de descaminho de mercadorias e até de outras que visem o boicote dos trabalhos. Teremos que encontrar um conceito operacional e de racionalização de meios humanos e materiais capazes de fazer face a estes novos desafios no sentido de proteger o decurso dos trabalhos, como garantir a segurança marítima e de todos os equipamentos de logística instalados nos estaleiros das construções em curso. Serão alocados mais equipamentos de fiscalização e mais funcionários alfandegários, bem como meios humanos e materiais de vigilância, salvamento e resgate no mar.

4.5. Tecnologia de informação aduaneira

Os Serviços de Alfândega vêm promovendo a dotação da sua operação com as melhores tecnologias de informação disponíveis, por forma a garantir uma eficiência de processos que garanta estabilidade da sua missão quer ao nível da inspecção aduaneira, quer ao nível do policiamento marítimo, com uma boa fluência de dados e uma racional gestão de toda a logística e demais recursos empenhados. Esta opção torna mais fácil, também, uma permanente avaliação da situação dos equipamentos de hardware e das eventuais necessidades de intervenção para optimização. Assim:

4.5.1. Continuaremos a desenvolver os projectos lançados em 2013, de modo a optimizar a gestão de riscos e de recolha de informação electrónica, bem como da gestão de circulação documental;

4.5.2. Providenciaremos uma atenta avaliação das necessidades de evolução e optimização dos sistemas instalados, quer ao nível da capacidade quer ao nível das suas funcionalidades, promovendo uma permanente actualidade dos sistemas e métodos de trabalho;

- 4.6. Vamos providenciar mais cursos de formação, tanto inicial como sucessiva, quer com vista ao ingresso de novos agentes, quer com vista à melhor capacitação do pessoal em funções, a quem se proporcionará um programa de progressão na carreira com dignidade e condições de melhor desempenho das funções a que são promovidos;
- 4.7. Na verdade é intenção dos Serviços de Alfândega dar continuidade a um plano de formação contínua que aproveite a todos os seus elementos, nisso envolvendo os organismos da administração que possam subsidiar esta aprendizagem dos nossos funcionários nas diversas áreas do conhecimento. Daremos especial atenção a cursos que visem a análise de informação recolhida e bem assim àqueles que podem incrementar o conhecimento do pessoal da linha da frente;
- 4.8. Daremos, igualmente, muita atenção ao equipamento e instalações, tendo em presença as novas infra-estruturas de que Macau passará a dispor num futuro próximo, como sejam a nova Ilha artificial e, bem assim, o novo Terminal de Ferry do Pac On;
- 4.9. Desenvolveremos um plano de dotação com novos equipamentos de patrulhamento, pelo período de 3 anos económicos, adquirindo novas embarcações, podendo assim constituir uma flotilha de reserva do Tipo A.

5. Optimização dos processos de investigação criminal

Com o avanço das tecnologias, constatamos uma evolução das metodologias a que os criminosos recorrem para a levar a bom porto as suas práticas ilícitas, o que fazem sempre com o propósito paralelo de iludir e dificultar a investigação criminal. No sentido de acompanhar essa evolução, vimos dotando a valência de investigação criminal com o software e o hardware mais avançado possível, providenciando melhores meios de actuação.

A gestão da informação é uma das preocupações primeiras, porquanto cada vez maior é o seu volume e há que proceder ao seu melhor tratamento possível, designadamente, providenciar a uma melhor cooperação entre todos os departamentos com funções de polícia, para que possamos ter uma investigação eficiente.

Esta atitude de melhoramento dos equipamentos será acompanhada com uma permanente actualização dos métodos e sistemas tecnológicos de software, que garantam um intercâmbio útil, fundamental à acção de polícia moderna, esforço a que, em nome da estabilidade e segurança públicas, nunca poderemos fazer-nos rogados.

Não esqueceremos também uma atenção especial à melhoria da organização interna, a qual não passa somente pelas modificações de natureza orgânica, mas também e muito particularmente, pela formação dos nossos quadros e do seu apetrechamento com saberes e técnicas capazes de remover os obstáculos que dia-a-dia lhe vão sendo opostos pelos

protagonistas do crime. Com esta opção pela melhoria do desempenho técnico individual pretendemos também uma melhor racionalização dos meios humanos, porquanto ela permite ganhos capazes de suprir a intervenção humana.

- 5.1. Neste sentido o Corpo de Polícia de Segurança Pública está a concluir o seu arquivo electrónico de impressões digitais, entrando já em fase de testes finais, o qual permitirá uma cobertura interdepartamental muito útil para a detecção de quaisquer sinais policialmente relevantes;
- 5.2. Paralelamente será desenvolvido durante todo o ano de 2014 um banco de dados, ao passo que o departamento responsável desenvolverá a instalação de um sistema de varrimento de dados em arquivo, o qual muito facilitará a análise de informação. Este sistema estará disponível para o serviço responsável pelas informações, investigação e identificação, assim se alcançando uma partilha de recursos de que muito beneficiará o combate ao crime;
- 5.3. A evolução das técnicas de investigação criminal cada vez mais são beneficiárias da computação forense, surgindo constantemente avanços tecnológicos importantes que permitem uma actividade de investigação criminal mais eficaz. Nesse sentido faremos evoluir de uma forma permanente e sistemática todo o nosso equipamento laboratorial forense, garantindo que atinja elevados níveis de padronização e eficiência, devidamente acreditados. Desta opção resultará uma gestão da investigação muito mais científica e resultará manifestamente elevado o nível do trabalho técnico de perseguição dos crimes;
- 5.4. A Polícia Judiciária vai empenhar-se numa iniciativa legislativa que suporte a colheita, gestão e uso de informação DNA, a qual será acompanhada de dotação de equipamento e hardware tecnológico adequados, bem como de peritos que possibilitem a construção de uma base de dados, de utilidade fundamental à investigação criminal;
- 5.5. Estamos a procurar juntamente com as Obras Públicas a melhor localização de um centro de treino policial para o Corpo de Polícia de Segurança Pública, a localizar em terrenos não residenciais do COTAI, o qual permitirá o desenvolvimento mais competente das nossas capacidades, tarefa em que empenhamos os bons ofícios da Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau;
- 5.6. Em articulação com serviço responsável pelas obras públicas, envidamos estudos no sentido de encontrar a melhor solução para as instalações do Departamento Policial das Ilhas de acordo com um projecto que já se encontra em fase de definição.
- 5.7. Propomo-nos a edificação de instalações para o Comissariado Policial de Coloane, que, além de instalações de natureza policial, contará, também com instalações para a Escola de Polícia e para uma divisão de Trânsito, estando, estas instalações já em fase de elaboração do projecto, o qual contemplará, ainda, uma área para estacionamento de viaturas apreendidas;

- 5.8. Prosseguiremos no próximo ano os estudos com vista a encontrar uma solução para otimizar as instalações da UTIP (Unidade Tática de Intervenção Policial);
- 5.9. A fim de dotar as polícias de maior eficiência vamos adquirir viaturas de intervenção rápida, dotadas de equipamento operacional avançado, que permita uma intervenção eficaz e em tempo útil nas mais diversas situações delituais.

6. Educação, prevenção e fiscalização rodoviária

Avaliando o enorme agravamento das condições de fluidez do tráfego rodoviário e, conseqüentemente, da respectiva segurança, e do conflito entre a circulação pedonal e automóvel do qual emergem sinais frequentes de incumprimento das normas, exige-se que as autoridades policiais se coordenem com os demais departamentos com responsabilidades nesta área, por forma a atenuar no factor condicionante que constitui o evoluir das obras públicas em curso.

Prover a um tráfego rodoviário fluído e seguro, constitui, assim, o objectivo do departamento de trânsito do CPSP. Nesse sentido, daremos o nosso melhor, actuando em todas as frentes, passando pelo recurso a todos os meios tecnológicos que permitam agir em tempo útil perante quaisquer situações de constrangimento. Designadamente atentaremos em todas as questões relacionadas com o excesso de velocidade não só com recurso a meios fixos de detecção, como recorrendo a equipamentos móveis, convencidos de que, esta conduta a par de outras infracções tidas por graves, constituem o principal motivo de ocorrência de acidentes.

- 6.1. Prosseguiremos, em particular, a cooperação com a Direcção de Assuntos de Tráfego Rodoviário (DSAT), com a finalidade de consciencializar residentes e visitantes para as questões da segurança rodoviária, a fim de prevenir os acidentes, tomando todas as medidas para tal concorrentes em cooperação com as demais entidades administrativas;
- 6.2. Incrementaremos o sistema de controlo da alcoolemia na condução automóvel, com o aumento das operações STOP e procuraremos contribuir da melhor forma para a melhoria do sistema de sinalização e de ordenação do trânsito por forma a aumentar a sua fluidez;
- 6.3. O planeamento rodoviário, particularmente na zona do projecto do Metro Ligeiro e de entretenimento do COTAI bem como do novo posto fronteiriço e do novo canal entre Guangdong e Macau, é deveras importante, sendo que prosseguimos um esforço conjunto com os demais parceiros no sentido de encontrar vias rodoviárias alternativas, que possam facilitar a circulação, fazendo-o acompanhar de um dispositivo de patrulhamento dinâmico, sensível às alterações que se forem introduzindo;
- 6.4. Seremos rigorosos na fiscalização das infracções graves como o desrespeito da sinalização luminosa e o excesso de velocidade, no que contaremos com a ajuda dos sistemas de videovigilância e sistema de detecção de estacionamento ilegal;

- 6.5. A gestão do tráfego rodoviário será articulada com as disposições da lei reguladora respectiva e o estacionamento proibido estará no centro das nossas preocupações tal a importância que o mesmo assume, para nós, as condições de utilização da via pública;
- 6.6. Estaremos atentos ao transporte ilegal de passageiros para moralizar as condições e melhorar a imagem dos transportes públicos de Macau. Para evitar que os moradores e visitantes sejam afectados pelos "táxis" sem licença e operação deste serviço e táxis que recusam o transporte, para além da cobrança de taxas exorbitantes e sem justificação. A seu tempo será reforçado o policiamento junto dos postos fronteiriços em ordem a, especialmente, nas alturas de tufão, se combater os ilícitos. A polícia adoptará, medidas de sensibilização do público para a necessidade de solicitar dos taxistas recibo que confirme a tarifa, apelando, igualmente aos operadores e motoristas de transportes públicos que cumpram as leis e se autodisciplinem;
- 6.7. Fiscalizaremos quaisquer situações irregulares, como sejam a condução sem cinto de segurança, a condução sob o efeito do álcool, entre outras. Ao mesmo tempo, reforçaremos a fiscalização nas passadeiras para peões e demais sinalização horizontal, exortando a boa utilização das vias públicas;
- 6.8. O departamento de trânsito vem utilizando equipamento electrónico que permite uma mais rigorosa gestão do seu trabalho, reduzindo a margem de erro, o que incentiva ao contínuo desenvolvimento do sistema por forma a dar uma resposta mais eficaz aos problemas de trânsito;
- 6.9. Proporcionaremos aos nossos agentes um contacto com o exterior não só para observar aspectos de natureza operacional de gestão do tráfego, mas também para observação de novos programas tecnológicos que auxiliem essa missão, através dos meios mais avançados;
- 6.10. O Departamento de Trânsito estará assim disponível para a aprendizagem e os seus elementos prontos a colher as melhores experiências, que permitam sempre uma melhoria do seu trabalho;
- 6.11. Em cooperação com a DSAT, o Departamento de Trânsito continuará a desenvolver as capacidades de monitorização do tráfego rodoviário em tempo real;
- 6.12. Em articulação com todas as entidades públicas e privadas que operam o sistema de transportes em Macau, bem como com o seu pessoal, nomeadamente motoristas profissionais, iremos promover uma campanha de sensibilização para a segurança rodoviária. Queremos com isto envolver os transportes privados dos hotéis e casinos, bem como das escolas, apelando-lhes a que façam do civismo na condução um contributo para a segurança pública;
- 6.13. Uma acção conjunta interdepartamental, envolvendo, entre outros, o Instituto dos Desportos, Gabinete das Infra-estruturas e Transportes, a Direcção dos Serviços

de Obras Públicas, entre outros e na qual terá assento o nosso departamento de trânsito será essencial para que possamos obter uma boa gestão das multidões, que diariamente ocorrem aos centros de diversão e atracções turísticas instalados em Macau, e alcançar a menor perturbação do trânsito rodoviário.

7. Modernização dos Procedimentos da Migração

Temos vindo a concentrar uma especial atenção nas questões de migração, incrementando, sobretudo, a formação dos recursos humanos, procedendo à sua constante qualificação e reafecção. Para além disso, apostámos nos melhores equipamentos. Não obstante este notório esforço, o rápido desenvolvimento de Macau e o crescimento do seu turismo de lazer, especialmente o oriundo do continente, mas também a afluência de estrangeiros, continua a crescer. Ao mesmo tempo, crescem as trocas comerciais e, tudo junto, resulta numa enorme pressão sobre os serviços de migração que obriga, muitas vezes, à prestação de trabalho extraordinário, mesmo em dias de folga do pessoal, esforço sem o qual não seria possível assegurar o controlo das fronteiras e de toda a carga administrativa que pende sobre o departamento.

Para suprir esta enorme e visível dificuldade tem havido uma forte aposta na modernização tecnológica, a qual vai prosseguir sem cessar, em permanente actualização e modernização dos procedimentos, com vista a garantir um trabalho mais eficiente. No sentido de corresponder aos objectivos que nos propomos, apresentamos um conjunto de medidas, das quais destacamos as seguintes:

- 7.1 Apostamos num serviço em que a qualidade esteja sempre em permanente avaliação, promovendo um inquérito de satisfação junto dos utentes, porquanto achamos interessante e importante para mensalmente termos uma ideia das necessidades de evolução e do lançamento de novos projectos com interesses para os cidadãos. Isto a par de um programa de supervisão sistemático para que o nosso compromisso público se apresente como sustentável. Na verdade, sentimos que é preciso manter uma constante motivação do pessoal da linha da frente, consciencializando-o da importância do seu trabalho, envolvendo-os também na reflexão sobre a melhor forma de dar respostas a estes desafios;
- 7.2. Durante o ano de 2013, concluiu-se a agilização de muitos procedimentos no âmbito dos serviços de migração, dos quais destacamos trabalhos realizados relativamente aos assuntos de residentes e de estrangeiros, designadamente: incrementamos a possibilidade de consulta online, a funcionalidade de recolha de imagem fotográfica no local, a funcionalidade de colheita de impressões digitais electrónicas, entre outras formas de facilitação;
- 7.3. Prosseguiremos, em 2014, os nossos planos de trabalho já iniciado em 2014, os quais visam acima de tudo uma mais rigorosa avaliação dos dados recolhidos e uma melhor gestão dos documentos, por forma a garantir a mais

fiel certificação, aspectos em destaque relativamente aos demais projectos de modernização;

- 7.4. É nesse sentido que prosseguimos um caminho de adaptação interna e de reorganização que visa o encurtamento do tempo de resposta a quaisquer pedidos, sem prejuízo de uma permanente e sistemática auditoria do rigor dos procedimentos, tarefa em que nos empenharemos de forma muito séria para o ano que se aproxima;
- 7.5. Os “picos” de afluência nos postos fronteiriços, especialmente em dias e períodos festivos, constituem uma preocupação constante deste departamento, pelo que manteremos em alerta permanente um sistema de avaliação e de reserva que permita acorrer a situações excepcionais, correspondendo-lhe com pessoal e equipamento capaz de amenizar os problemas mais complexos, para o que contamos, também, com a indeclinável cooperação com as autoridades do continente;
- 7.6. Partindo da experiência colhida este ano durante o festival de Ching Meng, em que os postos fronteiriços das Portas do Cerco / Macau e de Gongbei/ Zhuhai estenderam provisoriamente os respectivos horários de funcionamento, iremos analisar e avaliar os impactos, designadamente no plano operacional e de empenho de recursos humanos, bem como o seu resultado e eficácia, para, então, em diálogo com as autoridades de Guangdong, apresentar propostas quanto à eventual prorrogação dos períodos de funcionamento daqueles postos fronteiriços;
- 7.7. A par disto prosseguiremos o programa de reforço dos recursos humanos e logísticos dos Terminais Marítimos da Taipa e de Macau, incrementando, ainda, a instalação dos sistemas de passagem automática, num total de 55 pórticos a distribuir por ambos os locais;
- 7.8. Em articulação com a futura emissão do salvo-conduto electrónico para Hong Kong e Macau, estamos a desenvolver as tarefas relacionadas com o hardware e o software necessários a um bom funcionamento desta modalidade de passagem fronteiriça, sem prejuízo de um rigoroso controlo dos documentos.

8. Combate ao fogo e operações de resgate

O cosmopolitismo de Macau, que orienta as suas sinergias para a prestação de serviços aos turistas que nos visitam, demanda a construção de grandes infra-estruturas de entre as quais se destacam os hotéis e casinos. Este ritmo de desenvolvimento social demanda que se prossiga uma intervenção de optimização de todos os sectores da actividade, nomeadamente dos transportes e das redes viárias, factores de desenvolvimento determinantes para se encarar uma nova visão sobre o Regulamento de Incêndios, bem como, lançar novos desafios ao Corpo de Bombeiros.

No ano passado, o Chefe do Executivo criou o Conselho para o Tratamento de Incidentes Imprevistos, que se propõe coordenar, orientar e fiscalizar as entidades públicas com vista à adopção de medidas urgentes em caso de ocorrência imprevista de catástrofes naturais, acidentes e calamidades quer de saúde pública, quer de segurança pública, sendo que o Corpo de Bombeiros tem assento neste órgão, para além de outros serviços da Região Administrativa Especial de Macau, os quais visam zelar pela segurança da vida e da propriedade de toda a população.

Segundo as Linhas de Acção Governativa do Governo da RAEM, o Corpo de Bombeiros propõe-se, para futuro, prosseguir um trabalho que tome em atenção as novas realidades. Desenvolveremos planos de contingência destinados a agilizar a resposta a incidentes. No próximo ano, cumpre-se o 15.º Aniversário da implementação Região Administrativa Especial de Macau, o qual coincide com o 65.º Aniversário da fundação da República Popular da China, pelo que se esperam grandes comemorações, o que faz concentrar ainda uma maior atenção nas acções preventivas, a bem da segurança de todos.

O Corpo de Bombeiros, para cumprir as linhas de orientação do Governo, manterá em permanente avaliação a sua capacidade operacional, operacionalidade e adequação do seu equipamento, bem como a capacitação do seu pessoal, treinando-o para aprimorar a sua prontidão e a sua motivação, a fim de reforçar capacidades e contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Assim, acompanhando o desenvolvimento notório da RAEM, esta corporação faz integrar o plano de acção para 2014:

8.1. Acção

As operações de socorro e resgate não são indiferentes às circunstâncias de crescimento socioeconómico de Macau, com todo o seu cosmopolitismo demográfico, que é acompanhado por um surto de crescimento das infra-estruturas muito pressionante, os quais por si só afectam muito a estrutura viária, permeável. Estes são factores que induzem uma maior preocupação nas pessoas quanto à sua segurança perante incidentes que exija operações de resgate e para as quais devemos estar prontos, colhendo os exemplos que nos chegam de outros pontos do Mundo e preparando-nos para qualquer imprevisto relacionado com o fogo;

O Corpo de bombeiros enfrentará todos estes desafios orientando a sua operação para o interesse das pessoas, procurando adaptar-se às dificuldades que lhe colocam estas grandes infra-estruturas. Implementar-se-á um trabalho com os planos de emergência e faremos exercícios vocacionados para o treinamento do pessoal nestes novos ambientes e, bem assim, para a identificação de novas necessidades de equipamentos ou reconfiguração dos já existentes. Procuramos com esta atitude uma melhor racionalização dos meios disponíveis e uma maior capacitação por forma a proporcionar garantias de salvamento e de resgate da população. Para o efeito propomo-nos, nesta particular valência, um conjunto de trabalhos, dos quais destacamos:

- 8.1.1. Enfrentar o desenvolvimento urbano em curso e o futuro, particularmente o crescimento da habitação pública em altura, com uma racionalização dos meios de resgate e a melhor realocação do dispositivo operacional, no qual possamos fazer assentar o melhor planeamento possível;
- 8.1.2. Prosseguir uma atitude de melhoramento dos planos de contingência e bem assim as inspecções e vistorias *in loco*, a fim de proceder a um mapeamento que ajude qualquer intervenção em caso de incêndio;
- 8.1.3. Prosseguir um conceito de intervenção que privilegia a rapidez de execução e o socorro tão prematuro quanto possível, para tanto equipamo-nos com kits colocados em viaturas e em motocicletas que permitam uma aproximação ao local do sinistro com a maior brevidade possível;
- 8.1.4. Acompanhar as grandes construções discutindo as questões relativas à facilitação do resgate, para o que se procederá a inspecções e vistorias intercalares, destinadas a remover todos os obstáculos que possam constituir constrangimento, em caso de necessidade de intervenção;
- 8.1.5. Nas zonas classificadas como Património classificado proceder a idêntico trabalho de avaliação permanente de eventuais riscos de obstrução, recomendando o que houver de recomendar para prevenção de risco de incêndios e, bem assim, para que não sejam criados obstáculos a qualquer necessidade de intervenção;
- 8.1.6. A opinião do pessoal da linha da frente será não só respeitada como sempre atendida no que diz respeito à adequação dos meios ao desenvolvimento estrutural que se patentear, muito particularmente no que diz respeito à configuração das viaturas operacionais e ao dispositivo de intervenção;
- 8.1.7. O Centro de Controlo Operacional estará sempre atento às condições do tráfego rodoviário, monitorizando-o, por forma a em caso de deslocamento de meios, ser possível fazer as melhores opções de percurso por forma a melhor acudir a emergências;
- 8.1.8. Acompanharemos de perto a evolução das epidemias e doenças infecto-contagiosas, como as diversas tipologias de gripes e outras doenças de transmissão fácil, por forma a termos o pessoal sempre em estado de prontidão para acorrer a quaisquer emergências desse tipo e, bem assim, para prover à segurança do pessoal da linha da frente;
- 8.1.9. Acompanharemos a progressiva utilização do gás natural na cidade, o CB preparando pessoal para a eventualidade de qualquer incidente neste tipo de equipamento logístico;
- 8.1.10. Empenhamo-nos em tarefas avulsas como as festividades do Ano Novo Chinês e as comemorações da transferência de soberania, bem como nas

inspecções dos alojamentos legais, nas demolições e na remoção das ocupações ilegais de terrenos;

- 8.1.11. Prosseguimos os testes dos sistemas de protecção e detecção anti-fogo, com a finalidade de controlar a vulnerabilidade a este tipo de incidente, bem como prevenir os danos colaterais, colaborando na concepção dos planos de emergência e contingência com os órgãos gestores dos espaços ou infra-estruturas visadas;
- 8.1.12. Promovemos exercício de evacuação em instalações governamentais bem como em instalações privadas, escolas, oficinas, e outros edifícios frequentados pelo público, por forma a que as pessoas treinem a auto-protecção face a incidentes de fogo;
- 8.1.13. Dotaremos o posto operacional de Coloane de meios de reacção a incêndios que aumentem a capacidade de resgate e salvamento em caso de necessidade, especialmente nos novos edifícios de Seak Pai Wan, estacionando, ali, meios, dos quais destacamos uma auto-escada;
- 8.1.14. Fazer fiscalização regular das bocas de incêndio em diversas zonas, bem como patrulhando nas montanhas de Taipa Grande e de Taipa Pequeno, para prevenção contra incêndio nas montanhas, acompanhando o trabalho de colocação das bocas de incêndio nas florestais de Coloane;
- 8.1.15. Através de ensaios para elevar a técnica de serviços de bombeiros, por exemplo, ensaios de prestação de socorros e evacuação no túnel da Ponte Sai Van, ensaios no tanque de combustível de aeroporto, de Ka-ó, na Central Térmica de Coloane, articulando-se com outros serviços competentes nos ensaios de chuva torrencial, de protecção civil, de incidentes no aeroporto, etc..

8.2. Prevenção de Incêndios

- 8.2.1. Manteremos a melhor cooperação com o Governo da Região Administrativa Especial de Macau, no que diz respeito à implementação quer do projecto da nova Ponte entre Hong Kong-Macau-Zhuhai, quer dos projectos de construção de habitação pública, desenvolvendo os exercícios de protecção e combate a incêndios;
- 8.2.2. Manteremos um contacto permanente com a gestão do novo Campus universitário de Hengqin e, bem assim, com os alunos, funcionários e professores, por forma a manter em estado de permanente actualidade uma postura preventiva, bem como de prontidão para qualquer ocorrência de incêndio que reclame evacuação do espaço;
- 8.2.3. Manteremos em permanência uma postura de sensibilização e de educação contra riscos de incêndio, junto da sociedade civil, com destaque para as associações, sector do comércio, organizações, grupos, escolas,

- etc., prestando-lhes informações no sentido de os consciencializar para uma atitude colectiva e individual de prevenção;
- 8.2.4. Protagonizaremos um programa de inspecções contra incêndios de natureza mensal em locais diversos e de diferente natureza, a fim de verificar cumprimento das regras regulamentares e recomendar procedimentos complementares ou ajustamentos ao sistema implementado;
- 8.2.5. Prosseguiremos junto dos estabelecimentos hoteleiros a uma supervisão inspectiva voltada para a prevenção e o aconselhamento, por forma a sensibilizar e contribuir para a redução dos riscos de ocorrência de incêndio;
- 8.2.6. Encetaremos uma aproximação ao Instituto Cultural de Macau e convidando o serviço responsável pela segurança contra incêndios do Tibete para discutir as questões de segurança contra incêndios que nos coloca o património classificado, e procurar encontrar medidas preventivas e, bem assim, gizar um plano de contingência em caso de ocorrência.
- 8.3. O agravamento do risco de fogo e a conseqüente necessidade de socorro e resgate coloca forte pressão sobre a linha da frente, o que devemos ter sempre presente e manter sob a nossa máxima atenção, sendo necessário uma boa gestão dos recursos humanos, conjugando as perdas administrativas com os novos recrutamentos e a melhor distribuição do pessoal pelos diversos departamentos, adoptando ainda uma boa política de desenvolvimento vertical (promoção) carreiras;
- 8.4. Manter um olhar sempre atento sobre os recursos materiais disponíveis, e proceder a uma boa distribuição dos mesmos pelos diversos pontos críticos ou de risco, com particular atenção para os Postos de Coloane, particularmente no que diz respeito à colocação operacional de veículos especiais de socorro e resgate;
- 8.5. Manter em alta a disciplina da corporação com constantes apelos a uma boa ética profissional, em que o primado da lei e do interesse público esteja em evidência em cada acto de serviço. Promoveremos nesse sentido uma contínua comunicação entre os diversos níveis da cadeia hierárquica, e não deixaremos de estar atentos aos actos meritórios, recompensando-os sempre que tal se entender justo para o sujeito da recompensa e útil para o colectivo;
- 8.6. Manteremos um programa de formação contínua exigente, promovendo cursos de actualização internos e proporcionando a formação no exterior para que o pessoal possa adquirir novos saberes e tomar contacto com diferentes realidades sociais e operacionais, não só na área do resgate e combate ao fogo como também na valência da emergência. Optimizaremos as valências operacionais mais específicas como seja o resgate em altura, bem como a capacitação em

perícia de condução e operação de veículos especiais. Os fogos no interior de habitação, a sobrevivência em ambiente de fumo, a intervenção rápida de combate a incêndio por meio de *kit* em motociclo, etc., são outras das valências para cuja formação dirigiremos em permanência a nossa melhor atenção, por forma a desenvolvermos boas capacidades de salvamento e de resgate;

- 8.7. As infra-estruturas novas continuam a surgir e, em 2014, registar-se-á um significativo aumento do seu número, pelo que daremos continuidade ao nosso esforço de adequação à nova realidade. Atenderemos particularmente à boa distribuição dos meios operacionais para responder a ocorrências tanto no novo Campus, como na nova Ponte;
- 8.8. Mantemos em permanente actualização os nossos meios operacionais e as nossas ferramentas de combate, colocando-as, desde já, no novo *Campus* e procuraremos os melhores equipamento disponíveis, designadamente veículos, para que o nosso pessoal esteja dotado dos melhores meios complementares de combate a incêndio, socorro e resgate;
- 8.9. O papel do Gabinete Coordenador de Segurança no âmbito da Protecção Civil e de segurança pública:
 - 8.9.1. Antecipando-se à época dos tufões, o Gabinete Coordenador de Segurança (GCSeg) vai lançar uma campanha de sensibilização para a protecção civil, além de de manter em permanente actualização o Plano de Geral da Protecção Civil. Dar-se-á particular atenção à manutenção primária de protecção contra os efeitos dos tufões, desde a desobstrução de bueiros, sinalização de árvores em risco de queda, permanente monitorização de riscos, etc., tudo isto em articulação com os demais departamentos da administração. Além disso procederemos a exercício de protecção civil bem como a várias reuniões preparatórias interdepartamentais, por forma a melhor definir a arquitectura de protecção contra os tufões, bem como a equacionar novas e actualizadas formas de dar respostas mais eficazes;
 - 8.9.2. O GCSeg não será indiferente às duas novas grandes infra-estruturas, a do Metro Ligeiro e a da Nova Ponte, promovendo uma estreita ligação com as entidades que gerem as respectivas construções por forma a reduzir os impactos do hastear de sinais de tufão;
 - 8.9.3. O GCSeg prosseguirá a sua política de acompanhamento sistemático dos trabalhos preventivos e de resposta às epidemias, colaborando na implementação de medidas de contenção da proliferação das doenças infecto-contagiosas;
 - 8.9.4. OGCSeg desenvolve uma política de comunicação e cooperação sistemática com as autoridades de Guangdong, tendo para o efeito criado uma *Task Force*, que visa a produção, notificação e partilha de informações.

Esta actividade é diária e faz-se através de mecanismos de comunicação e partilha, assentes numa plataforma de acesso comum, e com ela se visa reduzir o impacto de quaisquer incidentes que possam afectar cada uma das regiões. A cooperação inter-regional proporciona que possamos prosseguir um melhor planeamento e promover a adopção de medidas de resposta adequada sempre que haja necessidade para o bem comum. Nesse sentido, o GCSegmanterá a estreita ligação com as entidades congéneres de Guangdong no sentido da melhor colaboração por forma a podermos alimentar esta plataforma de coordenação de emergência;

- 8.9.5. Para além desta disponibilidade para a cooperação regional, o GCSeg acompanhará sempre de perto as organizações e eventos internacionais relacionados com a protecção civil, não só para aprender, como também para promover a cooperação e a troca de saberes entre os diversos congéneres do exterior, visando a optimização do sistema da nossa Região Administrativa Especial de Macau.

9. Por uma gestão científica do Estabelecimento Prisional e uma boa política de Reinserção Social

O número de reclusos tem vindo a aumentar significativamente, o que gera uma maior tensão na missão de execução das penas de privação de liberdade e maiores desafios quanto às funções de reinserção social que constituem responsabilidade do Estabelecimento Prisional de Macau. Entre 2010 e o presente, a população prisional masculina passou de 929 para 1.168.

Para amenizar as dificuldades de alojamento causadas pela pressão da população prisional foi lançado um projecto de expansão de capacidade em Novembro de 2012. Todavia, este problema do espaço só se resolverá com a construção do novo estabelecimento prisional, cuja evolução continuamos a acompanhar.

O Estabelecimento Prisional vai incrementar as melhores medidas de reinserção possíveis para efeitos de ressocialização dos condenados a penas de privação de liberdade, porquanto se entende que a sua principal tarefa é mesmo a de criar condições de uma boa reintegração da pessoa uma vez restituída à liberdade. Esta preocupação social não nos afasta do rigor e da segurança que deve ser colocada na execução das penas, sendo nesse sentido que se empenham, também, os nossos recursos humanos.

No sentido de melhorar a eficiência não pouparemos esforços na redefinição das funções dos funcionários e bem assim quanto à sua formação, a qual será acompanhada por um bom planeamento e gestão dos recursos humanos disponíveis. Faremos um esforço de melhor recrutar na sociedade civil.

A ressocialização e reintegração do recluso na sociedade após a sua libertação é uma preocupação parreira do rigor e da segurança na execução das penas privativas de liberdade. Nesse sentido, proporcionamos um conjunto variado de acções que visam desenvolver um espírito positivo na pessoa do recluso. Facultamos formação profissional para contribuir para a auto valorização do recluso.

- 9.1. Levaremos a cabo uma atitude de detalhe das funções a desempenhar por cada grupo funcional, de uma forma transversal, abrangendo a guarda prisional e os funcionários do regime geral, facultando-lhes, sempre que possível, formação adequada;
- 9.2. Com a ocupação do Bloco 9, junto à Escola Superior das Forças de Segurança, melhoraremos as condições de reclusão, procedendo a uma melhor gestão da separação das e dos jovens reclusos da população mais adulta;
- 9.3. Incrementaremos, fora da área prisional, os sistemas de segurança através da instalação de equipamento de alta sensibilidade térmica que servirão também para a detecção de pessoas acometidos por temperaturas elevadas;
- 9.4. Em 2014 incrementaremos a formação profissional particularmente para a gestão da plataforma de informações, em vários idiomas, e para a aplicação das novas tecnologias, porquanto só assim se sobreviverá numa sociedade em desenvolvimento;
- 9.5. Para colmatar as [erdas administrativas que, desde 2012, já somam 50 guardas, estamos a envidar esforços no sentido do preenchimento das vagas através de concurso para cursos de formação, que decorrerão já em 2014. Para além disso, teremos em 2014 um programa de abertura de concursos de promoção para lugares de chefia, os quais passarão também por uma fase de formação profissional especializada;
- 9.6. Esperamos durante o ano de 2014 envolver cerca de 3000 pessoas num total de 36 acções de formação, incluindo, nestes, cursos voltados para quadros executivos, formação contínua de guardas, gestão de stress e cursos de línguas, designadamente, de inglês;
- 9.7. Prosseguiremos o acompanhamento da construção do novo estabelecimento prisional, que em 2014 iniciará a sua terceira fase;
- 9.8. Intensificaremos os trabalhos de preparação para as fases posteriores daquela construção, particularmente no que respeita aos sistemas de segurança e de monitorização;
- 9.9. Preocupa-nos o momento do regresso à liberdade dos reclusos e por essa razão não pouparemos esforços no sentido lhes reforçar a auto-estima e o pensamento positivo, procurando motivá-los para uma atitude de autoprotecção face às condutas delituosas. Dar-lhes-emos ensinamentos de bons hábitos, como a

- prevenção do tabagismo, do vício do jogo, para além de outras competências pessoais para lidarem com a adversidade, designadamente com a ansiedade do seu regresso à liberdade;
- 9.10. No mesmo sentido de reduzir o impacto da restituição à liberdade, procuramos sem cessar, facultar oportunidades de capacitação para o desenvolvimento de uma vida com autonomia, mais propriamente por via da organização de cursos de formação profissional, de entre os quais destacamos cursos de gestão de arquivos, cursos de serviço de cathering bem como acções de dinâmica de grupo. Simultaneamente, procuraremos certificar a qualificação profissional de cada formando;
 - 9.11. Em parceria com a Direcção de Serviços dos Assuntos Laborais, vamos protagonizar um programa de sensibilização dos empregadores no sentido de cooperarem na ressocialização dos reclusos, criando empregos por forma a que antes de ser restituído à liberdade o ex-recluso já tenha ocupação garantida e assim possa encarar a sua vida com sentimento de autosuficiência;
 - 9.12. Entendemos que é importante reforçar na personalidade dos reclusos a importância da sua inserção nos valores padrão da sociedade, por forma a que assumam e cumpram as suas responsabilidades comunitárias. Nesse sentido vamos incentivá-los para o voluntariado ao serviço da comunidade, particularmente na área social, para o efeito contactando com as entidades que se dedicam ao serviço social no local da sua residência;
 - 9.13. Procuraremos passar-lhes valores fundamentais como o do respeito pela família, reforçando a consciência da importância dos laços familiares, especialmente quando se der a reunião, após a sua saída em liberdade;
 - 9.14. Queremos continuar com o nosso programa de envolvimento dos detidos na Festa do Ano Novo Lunar, por forma a que sintam uma atmosfera de vivência integrada e festiva, reforçando a sua autoestima da qual resulte a motivação para o trabalho e formação com vista à sua futura reintegração social;
 - 9.15. É também nesse sentido que procuramos manter a sua saúde mental em bons níveis, organizando actividades culturais e recreativas, como sejam concursos literários, de música, de dança, etc.;
 - 9.16. Iremos envolver os detidos na criação de ideias para melhorar a imagem do Estabelecimento prisional e passar para a opinião pública uma ideia mais positiva do seu papel na sociedade e do trabalho que nele se desenvolve;
 - 9.17. Queremos sensibilizar o público para a necessidade de encarar o recluso como um ser humano recuperável e nesse sentido desenvolveremos actividades de rua, de divulgação da sua actividade enquanto privado de liberdade, partilhando-a também através do nosso *website*, por forma a obter o maior índice de penetração nos sentimentos positivos dos cidadãos;

- 9.18. Ainda nesse sentido, organizaremos feiras e exposições anuais de artesanato da autoria dos reclusos, visando que a sociedade compreenda a condição de recluso, como um mero apontamento de vida, uma passagem, em que ele renascerá muito mais forte e adequado aos valores da sociedade.

10. Formação profissional e recrutamento de talentos

Nota-se uma enorme pressão sobre o mercado de trabalho, registando-se cada vez mais dificuldades de recrutamento de mão-de-obra qualificada. É assim cada vez mais importante que se desenvolvam acções de qualificação profissional, suprimindo a quantidade com o incremento da qualidade. Para esse efeito desenvolveremos um programa de actividades voltado para aumentar os níveis de capacitação, certos de que esta será a via de incrementar a eficácia do trabalho. O cosmopolitismo de Macau exige que os seus agentes policiais e os elementos das forças de segurança em geral, atinjam um nível de correspondente qualidade e transmitam a quem nos visita de todo o mundo uma imagem adequada ao desenvolvimento que se constata a cada canto. É essencialmente que os seus recursos humanos sejam fluentes nas línguas estrangeiras, por forma a facilitar a comunicação com a maioria dos nossos visitantes, pelo que não regatearemos esforços no sentido de melhor capacitar o nosso pessoal nessas específicas valências do conhecimento.

Olharemos também para o aspecto geral do nosso, privilegiando não só a sua capacitação linguística, mas também, o seu preparo físico e as suas competências e conhecimentos para um bom desempenho da sua condição de fiscalização e execução da lei. Procuraremos, assim, facultar-lhes o treino adequado, o que vimos planeando a longo prazo, para maior segurança e acompanhamento da evolução social.

Em 2014 proporcionaremos uma formação profissional reforçada em todos os escalões e categorias da estrutura das carreiras de pessoal, adequando os conteúdos às reais necessidades da sociedade. A capacitação profissional é muito importante e desejável, na medida em que o incremento das suas competências pessoais vai dar ao agente uma maior segurança psicológica na execução das suas tarefas.

Particularmente a Polícia de Segurança Pública e a Polícia Judiciária beneficiarão desta nossa intenção e a sua melhor qualificação profissional constituirá, em 2014, uma prioridade absoluta, com vista a uma melhor especialização técnica. De registar que os diversos departamentos têm desenvolvido um planeamento sustentado por uma avaliação das necessidades, podendo sistematizá-los pela forma seguinte:

- 10.1. No âmbito do ensino superior das Forças de Segurança, destacamos os Cursos de Formação de Oficiais, quer para o Corpo de Bombeiros, quer para o Corpo de Polícia de Segurança Pública. Em Março de 2014 concluem a fase de estágio 31 alunos, sendo que foi feita a distribuição, segundo a sua área de formação específica, pela polícia e pelos bombeiros. Ainda em 2014, no mês de Junho, o XIII

- e XIV Cursos de Formação de Oficiais para ambas as corporações, completarão, respectivamente os 3.º e 1.º Anos de formação académica;
- 10.2. Em face das reais necessidades dos nossos quadros de pessoal, a Escola Superior irá organizar cursos de promoção, designadamente de promoção a Chefe e Subchefe do CPSP e CB e Guarda Principal/Bombeiro Principal, de ambas as corporações, respectivamente;
 - 10.3. Iremos dar início aos XX Curso de Formação de Instruendos, depois de, em Maio, termos concluído o XIX, a que se seguirão outros, por forma a preencheremos, na medida do possível, as nossas necessidades de recrutamento;
 - 10.4. A par destes cursos promoveremos outros com a natureza de formação contínua, destinados a melhorar as capacidades do pessoal e, bem assim, as suas condições de pessoais de desempenho. Para o efeito abrangeremos áreas como o procedimento administrativo, as competências linguísticas, procedimento disciplinar, atendimento ao público, tecnologias de informação e comunicação, informática, gestão emocional, policiamento comunitário, entre outras;
 - 10.5. Os nossos estabelecimentos de ensino desenvolverão programas de cooperação com congéneres do exterior e da China interior no sentido de colher as melhores experiências e ensinamentos nas mais diversas áreas do saber especializado em matéria de segurança pública. Assim, solicitaremos colaboração da polícia de Hong Kong para cursos de investigação criminal e Ordem Pública, bem como do Instituto de Administração de Pudong para cursos de liderança dos altos dirigentes. Da Academia Militar da China obteremos colaboração para a formação de bombeiros e de protecção a altas entidades, sendo que da Academia de Segurança Pública de Beijing virão ensinamentos práticos para os nossos agentes policiais;
 - 10.6. Providenciaremos uma presença assídua em palestras, seminários e *work-shops* sobre temas variados de interesse para as forças de segurança, designadamente na área dos direitos humanos e das diversas convenções internacionais que nos vinculam;
 - 10.7. Daremos formação aos funcionários da linha da frente para aumentar os seus conhecimentos da legislação, mantendo-os actualizados a fim de aumentar a sua resiliência face às dificuldades do dia-a-dia, o que constituirá também um reforço da sua estrutura psicológica;
 - 10.8. O apuro da aptidão física constitui também uma preocupação prioritária na gestão do pessoal, sendo que nesse sentido se desenvolverão actividades múltiplas, com vista ao respectivo reforço, porquanto estamos seguros de que por esta via também se lhes aumenta a autoestima e a capacidade de resistência a dificuldades na execução das tarefas funcionais;
 - 10.9. Especialmente cuidaremos desta vertente da aptidão física das unidades especiais, particularmente das que têm por missão o combate ao terrorismo e

- criminalidade grave, como o sequestro e o rapto, cujo pessoal carece de um treino excepcionalmente exigente técnica e fisicamente, a fim de estar em permanente estado de prontidão e com capacidade para corresponder a qualquer emergência;
- 10.10. O manuseamento de explosivos, tal como a sua inactivação, continuará a ser uma das valências do treino específico que continuaremos a privilegiar, bem como a preparação para eventuais incidentes de natureza bioquímica. As subunidades com estas especialidades prosseguirão programas de treino específico, que visam a preparação permanente para a resposta a este tipo de desafios;
 - 10.11. Incrementaremos o treino do pelotão cinotécnico por forma a termos binómios prontos para todos os desafios que se nos colocarem, quer de cães pisteiros para detecção de droga, especialmente nos postos fronteiriços, quer de cães preparados para acções de manutenção de ordem pública;
 - 10.12. Enviaremos pessoal para regiões vizinhas ou em Macau a fim de colherem das experiências dos seus oficiais particularmente em matéria de verificação de segurança;
 - 10.13. Com vista à formação em exercício o Corpo de Polícia de Segurança Pública destaca uma equipa que assegura o diálogo permanente com os agentes da linha da frente, promovendo o diálogo e a aproximação pedagógica com os superiores e deste com a realidade no terreno;
 - 10.14. O *Stress* profissional é outro dos aspectos que está no centro das nossas preocupações pelo que desenvolveremos trabalho específico nesta particular área. Iremos criar condições para que os agentes possam ocupar os seus tempos livres de uma forma lúdica e saudável por forma a descomprimir o *stress* e a reforçar as suas capacidades físicas e mentais. Dar-lhes-emos competências ao nível das melhores técnicas de interrogatório e facultar-lhes-emos acções e dinâmicas que reforçam a sua autoconfiança e conhecimento no sentido de minimizar a pressão que muitas vezes é induzida por *déficit* de conhecimento profundo;
 - 10.15. A polícia judiciária prosseguirá um programa de formação contínua adequada ao volume e natureza de trabalho de cada funcionário e agente, ao que acederão em Macau ou no estrangeiro, não só nas áreas da investigação criminal avançada, aquela que exige uma maior capacitação técnica na utilização de ferramentas e novas tecnologias forenses, hoje que estas são fundamentais para um bom desempenho profissional, especialmente atendendo ao actual estado de desenvolvimento da prática dos crimes;
 - 10.16. No que diz respeito aos novos recrutamentos para a investigação criminal daremos atenção aos candidatos mais capacitados tecnologicamente e consequentemente mais receptivos a formação complementar especializada, a qual é hoje imprescindível para compreender e perseguir os crimes mais sofisticados que hoje começam a atingir elevados padrões de complexidade e cuja investigação cada vez mais exige bom domínio das tecnologias de informação.

11. Policiamento comunitário e proximidade

Temos vindo a atribuir a máxima importância ao policiamento comunitário, orientando os seus conteúdos para o conceito de proximidade das polícias aos cidadãos. Esta opção é uma decorrência do desenvolvimento social, o que faz aumentar a consciência dos direitos dos cidadãos, neles incluindo o direito à segurança, o que exige a par de uma maior eficiência do policiamento, uma simplificação dos procedimentos, que o torne mais amigável e facilite o combate à criminalidade. Nesta tarefa é fundamental envolver o grande público, em parcerias e acções de cooperação, essenciais a uma efectiva prevenção. Para além da segurança e ordem públicas propriamente ditas, esta interacção policia / cidadão irá permitir ganhos ao nível do trânsito, em particular.

No próximo ano manteremos esta nossa postura, orientando-nos para uma optimização das relações entre as autoridades policiais e a população, recriando as formas de comunicação por forma a garantir uma interacção permanente e sistemática, que favoreça a prevenção criminal e faculte aos cidadãos conhecimentos e competências de autoprotecção face a comportamentos delituais, bem como os desiniba para efeitos de trazerem até nós quaisquer tipos de informações que sejam relevantes.

Neste nosso propósito envolveremos também, de uma forma geral, o movimento associativo, e o sector da educação num reconhecimento da sua importância estrutural da sociedade de Macau, sensibilizando as associações e as escolas para a importância da sua cooperação no alcance do objectivo comum da segurança dos cidadãos. As suas ajudas serão de relevante importância para a prevenção criminal e contribuirão para diminuir a ansiedade quanto à própria segurança. Juntos reflectiremos sobre assuntos que conduzem à prevenção e à investigação dos comportamentos desviantes, promovendo estratégias que enfileiram na prossecução do interesse público.

Paralelamente desenvolveremos um bom relacionamento internacional e inter-regional, na certeza de que ele reforça a autoridade policial. Esta dinâmica de cooperação bilateral e multilateral, constitui hoje pedra angular do combate ao crime e sua prevenção, especialmente quando falamos da criminalidade grave e altamente organizada, como a transnacional e transfronteiriça.

11.1. Promoção do policiamento comunitário

11.1.1. O recurso a mecanismos de maior mobilidade, flexibilidade, facilitação de acesso e envolvimento comunitário, constitui forma de aproximação ao público. No futuro continuar-se-á este trabalho voltado para um permanente questionar da população sobre os seus receios e anseios relativos à sua segurança pessoal e patrimonial, tendo em presença as suas origens e diversidade cultural. Este objectivo não será alcançado se o público não for estimulado e motivado a colaborar com as autoridades policiais, reportando-lhe informação de relevância criminal que impulse reacções adequadas a remover a ameaça ou reprimi-la, conforme se justificar, caso a caso;

- 11.1.2. Recorreremos aos meios mais eficazes para divulgar a nossa mensagem, lançando mão da imprensa e das publicações de cada uma das corporações, bem como de publicações na WEB para uma melhor divulgação. Pretende-se que o público se mantenha alertado para o perigo, informando-o das tendências criminosas e dos métodos utilizados, dando, sempre que possível, exemplos reais para melhor sensibilizar para a prevenção e sinalização. Procuraremos junto das associações cívicas, das escolas, das administrações dos condomínios, e de outros pontos e redes de contacto, passar uma mensagem de natureza preventiva que reduza os riscos de exposição ao crime;
- 11.1.3. Através do policiamento comunitário e serviços de relações públicas, desenvolve um programa de aproximação à comunidade residente, promovendo uma boa imagem policial e implementando estratégias de motivação do público para a colaboração. É esse esforço que iremos incrementar na senda da maior mobilização para uma boa interpretação dos objectivos desta corporação no que diz respeito à boa ordem pública e prevenção dos crimes;
- 11.1.4. Será mantida uma relação muito próxima com o sector do comércio, tanto o estabelecido, como o ambulante, especialmente voltando-nos para a prevenção da extorsão, das fraudes, e da actividade dos carteiristas, como também para o uso fraudulento de cartões de crédito;
- 11.1.5. Promoveremos um conjunto de actividades lúdicas, como seja o *dia aberto à população*, o *dia da Polícia*, o *carnaval de segurança*, etc., orientados pela empatia com o público e pela motivação da sua cooperação activa;
- 11.1.6. Vamos criar um programa dedicado à prevenção dos roubos em residência, procurando gizar as melhores estratégias dissuasoras e de combate a este tipo de criminalidade, fomentando a publicidade e a sensibilização para a adopção de contra-medidas que assegurem estes objectivos;
- 11.1.7. Outra das preocupações do policiamento comunitário é a prevenção e combate ao consumo de drogas e respectivo tráfico. Continuaremos o rumo de identificação dos circuitos que abastecem o consumo, acompanhando as comunidades escolares muito de perto, particularmente o novo *Campus Universitário* e fazendo uso das capacidades de *intelligence* para afrontar este flagelo, certos de que aqueles são potenciadores de outros comportamentos marginais, também criminosos. A Polícia Judiciária terá um papel importante na divulgação de técnicas de identificação deste tipo de substâncias ilícitas, para que a sociedade civil, nomeadamente cidadãos com responsabilidades na educação ou na segurança dos cidadãos, possam colaborar na sinalização de comportamentos suspeitos ou da própria presença destas substâncias proibidas.

- 11.2. Assegurar uma boa comunicação e garantir elevados níveis de confiança
- 11.2.1. Numa sociedade evoluída, muito voltada para o consumo, as polícias têm que se inserir nas suas dinâmicas, tomando a iniciativa de actividades promocionais que projectem a sua imagem e a sua missão junto da população, através dos canais de comunicação que se mostrarem acessíveis: *Outdoors*, *Banners*, *Leds* e *Displays* de grande dimensão, serão alguns dos meios a que deitaremos mão para sinalizar a nossa presença e o nosso papel na sociedade;
- 11.2.2. A criminalidade comum, roubo, furto, furto em/e de veículos, etc. será objecto de medidas específicas, particularmente através dos meios de comunicação social, onde sejam publicitadas notícias dissuasoras da sua prática;
- 11.2.3. Lançaremos mão das mais diversas formas de comunicação para aumentar a percepção do público sobre a função e papel das forças e serviços de segurança. Nesse sentido, para além das publicações periódicas, recorreremos a outras formas de mediação e difusão da imagem, designadamente recorrendo às diversas valências dos *mass media*, radio, televisão, jornais e revistas etc., com vista a que da assimilação da mensagem resulte uma melhor e mais eficaz colaboração dos cidadãos nas tarefas securitárias e policiais, em particular;
- 11.2.4. Os *websites* das polícias visam também contribuir para a aproximação da população às autoridades. Através delas procuramos dar informações de utilidade aos cidadãos, não só residentes, mas também aos visitantes, aproveitando, relativamente a estes os demais sites do governo, particularmente o Guia da Cidade. Estas páginas estarão em permanente actualização e modernização, procurando que sejam amigáveis, intuitivas e apelativas e que forneçam uma informação caracterizada pela riqueza dos conteúdos a transmitir e das informações a prestar, nas quais incluiremos o *pressrelease* actualizado da informação sobre ocorrências criminais. Queremos também evoluir para uma apresentação dos conteúdos em formato trilingue, dando lugar ao Português e ao Inglês;
- 11.2.5. Outra medida que iremos continuar a desenvolver é a relativa à informação do estado do fluxo fronteiriço, o qual pode ser rapidamente apreendido pelos cidadãos interessados, acedendo à Plataforma de Informação do CPSP, para assim melhor decidirem sobre as suas próprias conveniências a oportunidade de passagem naqueles postos de fronteira, quer seja através das Portas do cerco, quer seja através do Terminal Marítimo;

- 11.2.6. Vai ser desenvolvida uma maior divulgação de informações policiais de interesse público geral, o que entendemos ser de grande utilidade para os cidadãos.
- 11.2.7. Os órgãos de comunicação social continuarão a ser nossos interlocutores privilegiados, para o que desenvolveremos formas de comunicação de notícias, sempre norteados pela transparência e pelo interesse público dos cidadãos e reconhecendo o papel importante da imprensa na divulgação do conhecimento.

11.3. Prevenção da Delinquência Juvenil

- 11.3.1. Com a finalidade de promover a prevenção da delinquência juvenil reforçaremos a nossa presença junto das escolas, levando aos jovens informações e ensinamentos que se enquadrem no seu esquema de bons valores da vida em sociedade, para que desta forma não só de desviem do crime como colaborem no despiste de comportamentos ou tendências criminógenas no seio da comunidade estudantil em que se inserem;
- 11.3.2. Neste sentido incrementaremos os nossos programas que visam uma escola segura, intensificando o calendário de visitas e a comunicação com os dirigentes dos estabelecimentos de ensino. Desta forma pretendemos não só divulgar princípios securitários básicos como também actuar ao nível da consciencialização para a prevenção e combate ao crime, designadamente, e como já se disse, a sinalização de comportamentos suspeitos para que se possa actuar atempadamente. Rondaremos os perímetros das escolas, levando a cabo acções dissuasoras do cometimento de crimes e, bem assim, as zonas de lazer circundantes para prevenir, designadamente, a criminalidade informática e o consumo de drogas;
- 11.3.3. Não descansaremos perante a necessidade de desenvolver actividade de pesquisa das tendências da delinquência juvenil, providenciando recomendações de natureza preventiva bem como outras estratégias mais globais que visem evitar o crescimento dos comportamentos desviantes em idade jovem;
- 11.3.4. Daremos novo alento ao projecto "Pioneiros", envolvendo os estudantes, e seus familiares aderentes, em actividades que lhes dêem competências e habilidades de liderança no contexto da boa harmonia social, com relevância para a prevenção criminal;
- 11.3.5. Providenciaremos uma escola segura em rede, pela qual se faça atravessar uma mensagem anti-crime, com particular incidência anti-droga, fazendo emergir exemplos de comportamentos criminosos reprimidos pela sociedade e pelas instituições da justiça, como alavanca de acções de

promoção de uma vida saudável afastada do crime e dos consumos ilícitos;

11.3.6. Vão ser lançadas campanhas voltadas para a infância, certos de que os bons valores deverão ser semeados desde tenra idade, dando-lhes a conhecer também, por via de ofertas promocionais, o papel das autoridades de segurança na sociedade, particularmente das polícias e suas actividades.

11.4. Fortalecimento da cooperação interdepartamental, inter-regional e internacional

11.4.1. Reforçaremos a cooperação com os demais departamentos governamentais, designadamente com os reguladores do contrato de jogos, por forma a identificar as tendências criminais e a preveni-las. Só assim encontraremos um modelo social estável e propício ao desenvolvimento, assegurando, igualmente, os interesses dos sectores do turismo e dos casinos;

11.4.2. Promoveremos novas parcerias com os departamentos governamentais, no sentido de reforçar a cooperação no desenho dos caminhos do primado da lei sobre os comportamentos individuais ou colectivos, porquanto, só assim, poderemos assistir ao desenvolvimento social em segurança, bem como dos eventos a que houver lugar;

11.4.3. Enviaremos o pessoal para o intercâmbio e acções formativas com o exterior, por forma a desenvolverem as suas capacidades, o que permite fortalecer a amizade e bem assim enriquecer os conhecimentos técnicos;

11.4.4. Daremos seguimento ao intercâmbio regional de alto nível, entre Macau–Hong Kong–Guangdong, porquanto dele retiramos uma importante e fundamental informação global das tendências criminosas, colhendo notícia actualizada sobre a criminalidade organizada, especialmente a relacionada com o tráfico de droga, controlo de prostituição, contrabando e descaminho, falsificação de documentos, entre outros, factores cuja inibição, prevenção e combate contribuirão para a boa ordem social regional;

11.4.5. Manteremos um bom intercâmbio com as autoridades vizinhas por forma a uma boa gestão das políticas migratórias, tornando operativas as acções de recambiamento dos emigrantes ilegais e de combate ao contrabando, para o que é muito importante o estreitamento das relações ao nível das trocas de informação relevante;

11.4.6. O mesmo diremos relativamente ao tráfico de pessoas, em que a troca de informações e uma boa cooperação com as autoridades vizinhas são fundamentais e imprescindíveis;

- 11.4.7. Melhoraremos as nossas relações com as autoridades de Zhuhai, visando o conforto e a facilidade de todos aqueles que passam as fronteiras, por via da prestação de um serviço mais eficaz e oportuno;
- 11.4.8. Fazendo uso das modernas tecnologias, desenvolveremos a melhor cooperação com as autoridades do Continente, Hong Kong e demais países da região Asia-Pacífico, no sentido da sinalização de comportamentos criminosos, para o mesmo efeito promovendo encontros periódicos durante os quais serão discutidos assuntos de interesse policial comum, sobretudo, a criminalidade associada ao jogo, luta contra o crime de branqueamento de capitais, combate ao tráfico e consumo de estupefacientes;
- 11.4.9. Daremos particular atenção ao próximo Campeonato do Mundo de Futebol no Brasil, certame muito apelativo para as apostas ilegais, razão porque o nosso subgabinete da INTERPOL vai prestar a maior das atenções ao florescimento de eventuais condutas criminosas e actuar preventiva e repressivamente.

CONCLUSÃO

Uma vista panorâmica daquelas que são as Linhas de Acção Governativa para o Ano de 2014 e com as quais nos comprometemos, motiva-nos a um trabalho de conjugação de esforços interdepartamental de todas as forças e serviços de segurança sob nossa tutela e de alocação de meios humanos e materiais que permitam a sua inteira realização.

A circunstância de, no próximo ano, ocorrer a celebração do 15.º Aniversário da implementação da Região Administrativa Especial de Macau bem como coincidir com o acto eleitoral para o cargo de Chefe do Executivo, afigura-se-nos um ano particularmente sensível a reclamar medidas adequadas por forma a que tais eventos não perturbem o normal funcionamento das instituições, a segurança e a estabilidade.

A constatação de mudanças estruturais na sociedade de Macau, particularmente ao nível demográfico e de rede viária trouxe-nos novos e importantes desafios em cuja solução estamos transversalmente empenhados, para que Macau continue a afirmar-se como paradigma da harmonia e da segurança pública.

De facto, é nosso firme propósito prosseguir uma atitude de acção governativa sectorial que contribua para uma vivência estável e tranquila de todos os seus cidadãos quer sejam residentes quer sejam visitantes. Prosseguiremos com determinação os trabalhos que já vimos desenvolvendo do antecedente, modernizando os procedimentos e métodos operativos, com a plasticidade adequada às dinâmicas da sociedade da Região Administrativa Especial de Macau, prestando-lhe o melhor de nós em prol da fruição de uma cidadania plena, em particular, e do interesse público em geral.

Nesse sentido formularemos, também, e se tal se mostrar necessário, um plano de intervenção legislativa, ou da respectiva recomendação, que contribua para um edifício jurídico estruturante no qual assente a eficiência das autoridades na protecção das pessoas e seus bens, em ambiente de equilíbrio dos valores fundamentais da segurança e da liberdade.